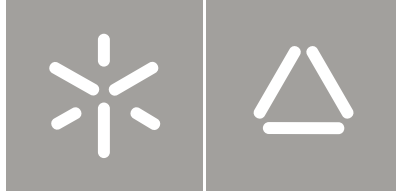




Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Vânia Rita da Silva Pereira

Princípios, práticas e métodos  
da Mediação Familiar



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Vânia Rita da Silva Pereira

## Princípios, práticas e métodos da Mediação Familiar

Tese de Mestrado  
Sociologia / Organizações e Trabalho

Trabalho efetuado sob a orientação da  
Professora Doutora Emília Araújo

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho só se tornou possível graças ao contributo de algumas pessoas. Este espaço é dedicado a elas, no qual lhes deixo o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço à Prof. Dra. Emília Araújo pela orientação constante que me prestou ao longo deste ano. Os seus conselhos, comentários, críticas e observações em muito me ajudaram a levar este projecto para a frente, bem como a cordialidade com que sempre me recebeu, prontidão com que sempre esclareceu as minhas dúvidas e motivação que me transmitiu sempre que necessário.

Uma palavra de apreço ao Sr. Procurador e aos Srs. Advogados pelas entrevistas que me concederam. Sem os seus contributos, o avanço e a qualidade desta investigação teriam ficado comprometidos.

Agradeço, ainda, às minhas amigas, com as quais troquei muitas impressões e que estiveram sempre prontas a ajudar e a transmitir palavras de força e ânimo.

Por último, não podia deixar de agradecer à minha família pela compreensão, apoio e encorajamento, nomeadamente na recta final de elaboração desta tese. Este trabalho é-lhe também dedicado.

## RESUMO

Este projecto versa sobre a Mediação Familiar, uma área que se anuncia prospectiva em Portugal. Apresenta-se a evolução do conceito de Família e Divórcio a nível mundial e nacional. Avançam-se algumas das principais abordagens sobre o primeiro conceito. É exposto o contexto teórico e histórico que caracteriza a evolução da mediação familiar, particularmente a nível nacional. A concretização deste objectivo trará, ainda, a oportunidade de analisar as vantagens e limitações da Mediação Familiar, face a contextos legais e jurídicos geridos por temporalidades lentas, marcadas pelo distanciamento face ao cidadão, bem como a expansão possível da Mediação Familiar em Portugal. Uma vez que contempla casos exemplificativos, espera-se que este resulte numa espécie de guia prático à execução da actividade de mediador, numa tentativa de que esta se torne uma área que corresponda às necessidades das sociedades contemporâneas.

Os casos exemplificativos dizem respeito a testemunhos resultantes da realização de entrevistas a quatro magistrados, nas quais se aferiram informações quanto às posturas adoptadas face à Mediação Familiar, às concepções relativamente à actividade do mediador familiar, às potencialidades e limitações reconhecidas àquela actividade, às expectativas quanto à sua expansão e progresso a nível nacional, passando pelo tema da administração da Justiça em Portugal.

Dentro desses casos, deveriam constar os contributos de mediadores familiares acerca da formação académica de base destes (potenciais) profissionais, das maiores dificuldades com que se deparam no exercício da sua actividade e das principais vantagens e desvantagens que identificam nos trabalhos prestados pelo Serviço de Mediação Familiar. E, ainda, informações sobre o perfil das pessoas que acedem a este serviço, os problemas mais frequentes com que se apresentam e a forma de conhecimento deste serviço para a resolução dos seus conflitos conjugais. Por razões extrínsecas ao desígnio desta investigação, as entrevistas aos mediadores familiares não se realizaram e foram, em parte, compensadas pelo recurso a testemunhos de vivência do casamento/divórcio postados num fórum virtual e a um relatório de satisfação da Mediação Familiar.

## **ABSTRACT**

This project deals with the Family Mediation, an area which promises to be prospective in Portugal. It presents the evolution of the concept of Family and Divorce global and national. It advances some of the main approaches to the concept first. It analyses the theoretical and historical context that characterizes the evolution of Family Mediation particularly at national level. It also creates the opportunity to analyze the advantages and limitations of Family Mediation in the face of legal and juridical contexts.

The illustrative cases try to evidence the results from the interviews of four judges, considering information about the positions taken in the face of Family Mediation, the conceptions concerning the activity of the family mediator, potential and limitations to that activity, as well as the expectations about its expansion and progress at the national level.

It includes the contributions of family mediators as well as the greatest difficulties encountered in the course of it business and the main advantages and disadvantages identified in the work provided by the Mediation Service Familiar, and yet, information on the profile of people accessing this service. For reasons extrinsic to the design of this research, interviews with family mediators have not been done and were partly offset by the use of testimonies of experience marriage/divorce in a virtual forum and posted a report of satisfaction of Family Mediation.

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	7
I. PROBLEMÁTICA: A MEDIAÇÃO FAMILIAR .....	10
1.1. Evolução da Família e do Divórcio .....	10
1.2. Abordagem da Família na Sociologia.....	16
1.3. A administração da Justiça e a Mediação Familiar.....	20
1.4. Definição e conteúdos da Mediação Familiar.....	26
1.5. O mediador: funções, atributos e conhecimentos .....	31
1.6. A mediação familiar e o superior interesse da criança .....	45
1.7. A Mediação Familiar em Portugal.....	47
II. METODOLOGIA .....	53
2.1. Exposição dos procedimentos de investigação .....	53
III. MEDIAÇÃO FAMILIAR: ENTRE A LEI E AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS .....	57
3.1. O que dizem os magistrados .....	57
3.1.1. Posicionamento face à Mediação Familiar .....	57
3.1.2. Concepção da actividade de mediador.....	61
3.1.3. Potencialidades e limites da Mediação Familiar.....	65
3.1.4. Expectativas quanto à Mediação Familiar em Portugal.....	70
3.1.5. A administração da Justiça em Portugal .....	72
3.2. O que dizem os divorciados.....	74
3.2.1. Co-parentalidade .....	74
3.2.2. A actuação do Serviço de Mediação Familiar .....	78
CONCLUSÃO .....	82
BIBLIOGRAFIA .....	86
Sites consultados.....	92
Legislação diversa.....	92
ANEXOS .....	93

## ÍNDICE DE FIGURAS

Quadro 1 - Evolução do número de divórcios .....	20
Gráfico 1 - Duração média de resolução do divórcio/separação .....	25
Quadro 2 - Evolução do número de casamentos.....	47
Gráfico 2 - Evolução do número de divórcios e separação de pessoas e bens .....	48

### **Abreviaturas:**

**MF** – Mediação Familiar

**SMF** – Serviço de Mediação Familiar

**IPMF** – Instituto Português de Mediação Familiar

**GRAL** – Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

## INTRODUÇÃO

Na maioria dos países desenvolvidos – Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra, Austrália, Escandinávia, França, Espanha, Bélgica, Alemanha e Itália – o conceito de “Mediação Familiar” é conhecido há algumas décadas, bem como a actividade que lhe subjaz, a qual está, igualmente, bem integrada na sociedade e legitimada por ela. Pelo contrário, em Portugal, só nos últimos anos esta tem sido divulgada e tem começado a dar os primeiros passos para o seu desenvolvimento.

Em 1990 foi criada a primeira estrutura de mediação portuguesa, o Instituto Português de Mediação Familiar, e só em 1994 foi realizado o primeiro curso de Formação de Mediadores Familiares, no Centro de Estudos Judiciários. Esta Instituição Particular de Solidariedade Social, considerando a actividade referida uma alternativa legítima à via contenciosa, que auxilia os pais a não se demitirem da sua responsabilidade de pais e os leva a tomar, por si próprios, as suas decisões, adopta a interpretação de Meyer Elkin para definir a Mediação Familiar como:

“um processo ao qual o casal em instância de divórcio recorre, a fim de ele próprio resolver o seu conflito de uma forma mutuamente aceitável, permitindo-lhe alcançar um acordo familiar justo e equilibrado que complete os interesses de todos, sobretudo os das crianças” (Instituto Português de Mediação Familiar).

O IPMF tem como principais objectivos: manter a relação entre a criança e os pais, partindo do pressuposto de que a primeira necessita de ambos ao longo da sua vida, assim como da família alargada (primos, tios, avós, etc.); tornar perceptível aos pais que a separação conjugal não implica e não significa a demissão das responsabilidades parentais; proteger a família como um todo, tendo a mediação como um serviço ao seu dispor e um útil modelo de resolução de conflitos; e, fundamentalmente, prover a promoção do exercício conjunto da responsabilidade parental, ou guarda conjunta – pois, até 1995, a lei apenas contemplava a guarda única.



Esta instituição aponta como principais vantagens da aplicação da mediação em contexto familiar:

- ◆ as decisões partirem das partes em litígio;
- ◆ o realce da cooperação em detrimento da competição, para o equilíbrio de poderes;
- ◆ a humanização e segurança das relações inter-familiares, com o respeito das necessidades de todos;
- ◆ a ajuda na redução da fúria e da inquietação, permitindo que cada um dos cônjuges mantenha a dignidade e a auto-estima;
- ◆ o auxílio aos pais na concentração no futuro e no seu papel de pais;
- ◆ a preconização da comunicação, sendo um espaço de diálogo entre os pais e uma possibilidade de incluir as crianças no mesmo.

Face aos proveitos da MF na deliberação dos litígios conjugais (e parentais), no que respeita, nomeadamente, à preponderância da comunicação, e tendo em conta a sua tardia difusão, e a consequente aplicação, em Portugal, objectiva-se com esta proposta de investigação responder à seguinte questão: Qual a interpretação dos diferentes profissionais sobre os princípios e os resultados dos processos de mediação familiar? Quais as suas expectativas em relação a esta nova actividade?

Pretende-se, então, à luz de vários contributos teóricos, fundamentar a mediação como uma actividade, também, de domínio social, uma vez que a resolução de conflitos envolve aspectos de carácter íntimo e privado, os quais não são totalmente assegurados no recurso às instâncias judiciais. Intenta-se apreciar o grau de progresso que a MF pode conquistar em Portugal, consoante as posturas dos profissionais/instâncias judiciais e governativas face à mesma e face aos mediadores; bem como o relacionamento entre os cidadãos e a Justiça, que se caracterizam como estando distantes e sendo bastante subvalorizados.

Desta forma, para o enquadramento e entendimento destas problemáticas, este relatório compreenderá três partes principais: a primeira subdividida em sete pontos interligados; uma segunda concernente à metodologia seleccionada e

aplicada e respectiva justificação; a terceira, e última, apresenta a análise e interpretação das informações recolhidas.

Assim, na parte inicial poder encontrar-se a descrição da evolução do conceito de Família e Divórcio a nível nacional, europeu e mundial, assim como analisar o primeiro conceito à luz das várias abordagens sociológicas. Depois, é explorado o aparecimento da MF e a sua contextualização, isto é, as mudanças sociais que despoletaram a sua emergência. De seguida, define-se, no essencial, a actividade de MF e, simultaneamente, evidenciam-se os seus conteúdos e propósitos basilares, bem como se distingue da, muitas vezes confundida, Terapia Familiar. Num terceiro momento concentra-se, exclusivamente, no trabalho do profissional de mediação – o mediador – sendo identificadas as suas funções, os atributos que deve possuir para as levar a «bom porto» e quais as bases profissionais e académicas de que deve gozar, aludindo-se, ainda, ao conflito que está subjacente a esta “profissão”. Seguidamente, aborda-se a finalidade capital da MF: o superior interesse da criança, no qual se explica, de acordo com alguns autores, a importância de estas serem (ou não) escutadas e envolvidas no diálogo que resulta da mediação e que diz respeito à separação dos seus pais. Finalmente, faz-se uma breve descrição da evolução do divórcio e da aplicação desta nova e prospectiva modalidade de resolução de conflitos, que é a MF, em contexto português, bem como a existência de cursos/especializações nesta área nas instituições de ensino superior portuguesas ou noutros organismos.

Na segunda parte do relatório é dado lugar à identificação da população-alvo desta investigação e à forma como se chegou até ela, bem como à descrição dos procedimentos de recolha dos dados e a fundamentação das escolhas feitas.

Na terceira e última parte são expostas as informações resultantes da aplicação da técnica metodológica escolhida, sujeitas a uma análise individual e comparativa.

## **I. PROBLEMÁTICA: A MEDIAÇÃO FAMILIAR**

Nesta primeira parte são explanadas algumas das correntes teóricas e trabalhos existentes acerca da temática da Família, do Divórcio e da Mediação Familiar. Descrevemos algumas das causas que despoletaram a emergência de um modo alternativo de resolver os conflitos e o seu desenvolvimento em diferentes pontos do mundo. Fornecemos uma definição do conceito central deste projecto – Mediação Familiar – a qual é explorada nos seus eixos principais e também descrevemos a actividade do mediador e de todas as dimensões que ela implica. É tratada a característica fundamental da MF – o superior interesse da criança – com um subponto que lhe é dedicado em exclusivo. O grau de evolução da MF em Portugal e a associada autonomização como área disciplinar, encerram esta primeira parte.

### **1.1. Evolução da Família e do Divórcio**

A industrialização, que teve lugar em fins do século XVIII e início do XIX, funcionou como fonte de muitas transformações, incluindo no seio da instituição familiar. Os primeiros tempos de industrialização são caracterizados pela chegada de trabalhadores agrícolas aos centros urbanos. Estes, não conseguindo absorvê-los, são progressivamente marcados pela desestruturação da vida familiar. À crescente solicitação de mão-de-obra feminina é também atribuída a responsabilidade pela desorganização das relações familiares. Diversas correntes teóricas, entre as quais as que radicam em Durkheim (1991) e outros autores funcionalistas, como Parsons (1974; 1984), mais tarde, viriam a acentuar esta última vertente analítica.

De qualquer forma, de acordo com Jean-Pierre Rioux (1971), estas transformações seriam inevitáveis, pois

“não há desenvolvimento industrial sem uma profunda reestruturação das relações sociais; o capitalismo é marcado pela clivagem em classes sociais portadoras de modelos e de comportamentos familiares particulares, ou até antagónicos, mas que interferem” (*apud* Burguière, 1999: 7).

Por exemplo, no caso dos operários fabris, a integração e estabilidade do seu ambiente familiar dependiam do seu nível salarial que, por sua vez, ditava (e dita) as suas condições de vida. Em algumas das cidades primeiramente atingidas pelo fenómeno da industrialização – Lille, Roubaix, Manchester, Liverpool, Essen – surgia um problema de alojamento e falta de espaço, “tão necessário ao desenvolvimento das relações familiares” (Burguière, 1999: 13), obrigando as famílias a partilharem o mesmo espaço com parentes ou até mesmo a hospedarem outras pessoas. Burguière (1999), sustentando-se em Victor Hugo, considera que as condições materiais – neste caso, a falta delas – impedem o desenvolvimento do sentimento e do exercício dos papéis familiares; tal como a máquina, introduzida pela industrialização, deteriora as relações familiares, uma vez que cada qual aprende por si a manuseá-la, sem necessitar da transmissão das aprendizagens dos elementos mais velhos da família, como acontecia em tempos.

Como evidenciou Foucault, no final do século XIX, um conjunto de entidades (Estado, Igreja, patronato e associações de caridade) contribuíram para uma nova configuração da família operária, semelhante à família burguesa: a divisão sexual do trabalho e o maior cuidado em relação ao lar e aos filhos (*apud* Burguière, 1999), o que arrastou de novo as mulheres para casa. Os operários, ávidos de melhores condições de vida e do abandono da fábrica por parte das esposas, aceitaram as novas regras com agrado e foi assim que, segundo o Sindicato Geral das Indústrias Químicas (1920),

“Numa sociedade em que as coisas estivessem bem feitas [...] a mulher, companheira do homem, deveria destinar-se em primeiro lugar, a ter filhos e, em segundo lugar, a cuidar deles, a manter a casa limpa, a educar os filhos, a instruir-se instruindo-os e a tornar a existência do seu companheiro o mais feliz possível, de modo a fazer-lhe esquecer a monstruosa exploração de que é vítima. Para nós este é o seu papel social [...]” (Robert, Jean-Louis, 1981: 58-59 *cit in* Burguière, 1999: 22) .

Este novo sistema de família, denominado como patriarcal, foi explicado por Bourdieu (1998) como resultado de uma reprodução social, para

a qual contribuíram os homens, mas também as mulheres, por terem permitido e consentido o seu papel de dominadas (*apud* Amaro, 2006). A família tradicional muito raramente terminava com o divórcio do casal, que se justificava por razões de carácter religioso e social – dado o estigma a que ficavam sujeitos os divorciados – e legislativo (Amaro, 2006).

Apesar de, em meados do século XX, se observar um padrão comum entre os países ocidentais, relativamente à organização social e, particularmente, familiar, em que tudo o que fugia ao sistema de família nuclear era considerado desviante – a maternidade no celibato, o divórcio e o concubinato –, a partir da década de 70 esses países passaram a conhecer novos tipos de organização familiar, independentemente das culturas, dos hábitos, das doutrinas ou dos modelos políticos vigentes (Burguière, 1999).

Quer a Europa Ocidental, quer a América do Norte, começaram a registar uma redução do número de casamentos e da fecundidade e um aumento do número de divórcios. Este último registo acontece numa altura em que a legislação desses países encara o divórcio como um falhanço familiar, complicando o seu processo. Este fenómeno começa a atingir maioritariamente casais jovens, casados há poucos anos, e é acompanhado pela difusão do concubinato, uma prática que antecede o casamento legal ou como um substituto ao mesmo. Em resumo, a união legal torna-se cada vez menos comum, ao contrário do divórcio e do concubinato, que deixam de ser olhados pejorativamente. Sucodem-se também alterações na dimensão das famílias, em especial devido à diminuição da queda da fecundidade (Burguière, 1999).

Um conjunto de causas sociais, culturais, financeiras e médicas estão na base do decréscimo da fecundidade, entre elas realçam-se o regresso da mulher à vida activa e profissional e o aparecimento de métodos contraceptivos, que lhe permitiam o controlo da gravidez. Os avanços da medicina, no que respeita à especialidade da fisiologia feminina, permitiram, ainda, às mulheres terem acesso a mais educação, incluindo o ingresso na universidade. Elas podiam agora aspirar a uma aplicação dos seus conhecimentos ao mercado de trabalho, mesmo após o nascimento dos filhos. A independência que as mulheres conseguem conquistar, é impulsionadora da alteração da sua imagem face à sociedade: a mulher deixa de

ser percebida como exclusivamente dominada e dependente do homem, abandonando o seu papel, a tempo inteiro, de «mãe» e «dona de casa», o que traz mudanças na própria percepção e vivência da vida em casal (Burguière, 1999).

O casamento passa a ser percebido de forma mais flexível, uma vez que tanto homem como mulher passam a ter espaço e oportunidade para a realização dos seus projectos pessoais e a união passa a ter a possibilidade de se romper, deixando de vigorar o lema «até que a morte os separe» (Burguière, 1999: 31). Para este autor, tal não é indício de que a família esteja a ser arremessada enquanto instituição. Segundo este, os estudos realizados sobre as famílias europeias constatavam a importância da construção de relações sólidas entre pais e filhos, mesmo que os primeiros atravessassem períodos conturbados ou não estivessem unidos de forma lícita:

“A coabitação juvenil, o divórcio, os nascimentos fora do casamento já não constituem um desvio, sendo antes integrados nos processos das relações familiares” (1999: 32).

No seio da comunidade norte-americana o divórcio foi encarado como o termo de uma sujeição ilegítima – da mulher face ao homem – que permitiria a separação do casal, respeitando a igualdade e liberdade das partes, sem colocar em causa o verdadeiro sentido da família, pois:

“os laços que foram criados não se dissolvem nunca, nomeadamente quando há filhos e quando, como geralmente acontece, tanto o homem como a mulher mantêm direitos iguais quanto à vida quotidiana dos filhos (*joint custody*)” (Burguière, 1999: 46).

Mas nem em todos os pontos do mundo o divórcio foi encarado da mesma forma que no norte da América, a qual se assemelha a Europa Ocidental. Na antiga U.R.S.S. (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), por exemplo, devido ao crescente nível intelectual da mulher e à independência financeira alcançada, era esta quem tomava, normalmente, a iniciativa de se divorciar, sendo-lhe concedida a guarda dos filhos, no caso de terem idade inferior a 10 anos – a legislação foi, ao longo do tempo, considerando os interesses das crianças,

permitindo ficarem com o progenitor ao qual estivessem mais apegadas. Inversamente, nas famílias judaicas é nas mãos do homem que fica a decisão do divórcio: este entrega à mulher uma certidão que põe fim ao casamento e manda-a embora; este papel mais activo do homem, quer no casamento quer no divórcio, implica que a mulher fique sempre comprometida, no caso do primeiro não possuir condições ou faculdades (desaparecimento, ausência de provas de falecimento, doença mental, recusa do divórcio) para propor qualquer acto (Burguière, 1999).

Numa investigação que teve como intuito aferir os diferentes tipos de famílias existentes em Portugal, Aboim e Wall (2002) constatarem que a estrutura e as dinâmicas familiares, nomeadamente “os modelos normativos de conjugalidade”, vêm sofrendo algumas transformações. Se é verdade que, em Portugal, ainda persiste uma orientação a que chamam de “instituição forte”, caracterizada pela pressão exterior para casar, por um sentimento de respeito pelos direitos e deveres, por uma fraca comunicação entre o casal, pela ausência de ajuda do marido nas lides domésticas, sendo que a mulher também mantém uma actividade profissional, e por uma posição de negação face ao divórcio; é igualmente verdade que há um registo significativo de uma orientação que denominam de “companheirista”, ou seja, casais que vivem em união ou casamento por vontade própria, que procuram um “nós” na relação, que mantêm uma boa comunicação, em que ambos possuem actividades profissionais e participam nas lides domésticas e mantêm uma posição de aceitação e solução face ao divórcio. Segundo as autoras:

“Sem dúvida, as respostas que aqui surgem sobrerrepresentadas e associadas entre si contrastam com a sólida institucionalidade anteriormente retratada, dando muito claramente corpo a uma tendência para a desinstitucionalização da conjugalidade na sociedade portuguesa.” (Aboim e Wall, 2002: 493)

De referir, ainda, que Aboim e Wall (2002) sustentam que as diferentes interacções familiares e dinâmicas conjugais são reflexo dos capitais escolares detidos pelos actores sociais, em concreto pelas mulheres. Aquelas que não têm

escolaridade ou detêm o ensino primário, pautam-se por uma “conjugalidade” mais “tradicional”, com a diferenciação dos papéis de género e não divisão das tarefas domésticas. À medida que as mulheres possuem mais recursos académicos, isto é, ensino secundário e superior, a “conjugalidade” torna-se “confluyente” e “associativa”, ou seja, sem diferenciação de género e com a partilha das tarefas domésticas. Para além dos capitais escolares, também os capitais profissionais influenciam a “conjugalidade”, pois se a dinâmica “tradicional” se verifica entre os meios camponeses, industriais e operários, a dinâmica “associativa” é comum entre os empresários, dirigentes, profissionais intelectuais e científicos e profissionais técnicos e de enquadramento intermédio.

A elevada representatividade das interacções e dinâmicas “associativas” nas famílias portuguesas pode, assim, estar directamente ligada ao facto de se registar uma aposta cada vez maior na formação académica e na carreira profissional, em posições de maior prestígio, por parte das mulheres. Desta forma, as autoras reafirmam “a relação entre capitais elevados e autonomia conjugal no sentido associativo «modernista».” (Aboim e Wall, 2002: 497)

Em Portugal, a lei relativa ao divórcio foi alterada em 1975, acompanhando as transformações sociais que o mundo vinha sofrendo desde há cerca de uma década, tal como já foi referido. Amaro (2006: 121) identifica três transformações em especial: “a importância crescente que a satisfação sexual passou a ter no casamento”; “a maior independência económica e social das mulheres”; “maior esperança de vida”. No que respeita às causas do divórcio, que são comuns à maior parte das sociedades ocidentais, são referidas a infertilidade, a infidelidade, a incompatibilidade de personalidade e papéis, saturação, insatisfação sexual, ausência de amor, violência física e/ou psicológica e diferente grau de participação na solução de problemas ou a nível emocional de um dos cônjuges (Amaro, 2006).

A partir da alteração da legislação relativa ao divórcio, registou-se um aumento do número de ocorrências. Para este aumento são apontadas as razões já referidas das transformações que respeitam à maior autonomia económica das mulheres e a importância da satisfação sexual. Estas mudanças são



acompanhadas, por sua vez, pela redução do estigma social depositado sobre os divorciados, nomeadamente sobre as mulheres (Amaro, 2006).

Ao contrário do que se possa pensar, este aumento do divórcio não constitui um indício de que o casamento está a começar a ser desconsiderado, porque grande parte dos divorciados acaba por voltar a casar-se. Este “recasamento” tem grande relevância social, pois tem dado origem a novos tipos de família, que começam a ser objecto de estudo de várias investigações.

## **1.2. Abordagem da Família na Sociologia**

As dinâmicas de família são um assunto cada vez mais estudado pela Sociologia da Família, bem como por outras vertentes mais direccionadas para as políticas públicas e a antropologia (Amaro, 2006).

“A família é o grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual socialmente aprovada, e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adoptadas” (Murdock, 1949 *cit in* Amaro, 2006).

Esta definição tradicional de família, apesar de ainda bastante disseminada a nível global, apresenta-se cada vez menos aplicável às novas formas de constituição de família que vêm surgindo nas sociedades contemporâneas. Para Giddens (2004) a família define-se, agora, por “um grupo de pessoas unidas directamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças” (*cit in* Amaro, 2006).

Mas o conceito de família comporta, pelo menos, três dimensões que dificultam a sua efectiva definição: a dimensão estrutural, que se focaliza na forma como alguém se torna parte de uma família e, por conseguinte, nas formas de parentesco; a dimensão funcional, que destaca a utilidade/funcionalidade da família que, como instituição, satisfaz as necessidades dos sujeitos; e a dimensão relacional, que, como o próprio nome indica, sublinha os tipos de relações que se constituem entre os vários elementos da família (Amaro, 2006).

Mesmo tendo em conta as três dimensões descritas, elas não encerram em si mesmas o significado de família, já que esta não é uma instituição estática e imutável. Como tal, têm sido construídas diversas teorias em torno desta temática, particularmente influenciadas por três correntes de investigação sociológica: positivista, interpretativa e crítica. A primeira realça a necessidade da obtenção de dados empíricos rigorosos para teorizar sobre a família; a segunda evoca os valores e experiências de cada actor social na construção de sentido em torno da família, buscando, assim, a compreensão dos mesmos; a terceira, coloca também em perspectiva os valores, contudo tende a questioná-los com a intenção de mudança (Amaro, 2006).

É altura agora de descrever em traços gerais algumas das correntes teóricas avançadas em matéria de família. A perspectiva estruturo-funcionalista, da qual Durkheim (cf. 1991) e Parsons (cf. 1974; 1984) foram seguidores, tenta perceber a função das várias instituições sociais na manutenção da ordem, sendo que a família serve, então, para socializar os novos membros (crianças) e estabelecer a personalidade dos mesmos, altura em que apreendem o conjunto de papéis sociais a desempenhar. Esta óptica, defende que é à família nuclear – composta pelos pais e os filhos menores –, mesmo no advento da industrialização, a quem compete definir os papéis sociais baseados no género, ou seja, o homem desempenha o papel material, fora do lar, e a mulher desempenha o papel sentimental no lar. É neste ponto que a visão estruturo-funcionalista peca: não inclui outras instituições sociais na socialização primária e relega para outro plano o desejo profissional e de afirmação da mulher (Amaro, 2006).

A teoria das trocas sociais, conceptualizada por Malinowski (cf. 1975; 1983) e Lévi-Strauss (cf. 1982), tenta sustentar a ideia de que a família se desenvolve a partir dos interesses individuais de cada elemento, centrando-se no pressuposto do custo-benefício, já que a família deve constituir uma fonte de benefícios para cada um dos seus elementos. Segundo Amaro (2006), esta corrente sustenta que, em família, os sujeitos procedem sempre de forma a retirarem a maior vantagem possível, não havendo vantagem comportam-se de maneira a que as suas acções acarretem os menores custos, quando perante duas alternativas idênticas escolhem aquela que traz vantagens durante um maior

período de tempo, se as vantagens a longo prazo forem semelhantes, escolhem aquelas a que terão acesso no menor tempo possível. Esta perspectiva é aplicada a áreas como o divórcio e o aconselhamento conjugal, sendo criticada pelo facto de analisar os assuntos familiares com base em decisões individuais e por realçar o comportamento irracional dos seres humanos (Amaro, 2006).

A irracionalidade dos comportamentos individuais, bem como a ideia de que o sujeito é capaz de se determinar por normas objectivas e capaz de controlar a sua vida, é analisada pela teoria psicanalítica. Freud (cf. 1972) coloca, precisamente, em destaque a existência de três níveis de consciência que estruturam a personalidade dos indivíduos: «Id», o inconsciente, responsável pela origem de inquietações e actos que, à partida, não se explicam; «Ego», o elemento que faz a ponte entre a personalidade do indivíduo e a realidade; e «Superego», o conjunto de noções que comunicam ao indivíduo qual o comportamento adequado a adoptar. Para Amaro (2006), é neste contexto em que se insere a família, pois ela é responsável e de extrema importância na construção das personalidades, dado que proporciona às crianças a passagem por determinadas circunstâncias e vivências que as moldam. Mas, apesar deste papel essencial dos pais na estruturação da identidade, eles não são os únicos responsáveis pela socialização dos filhos, já que lutam permanentemente contra os instintos dos mesmos, tentando impor as regras ditadas pela sociedade.

Amaro (2006) menciona a teoria geral dos sistemas, desenvolvida por Spencer (cf. 1963; 1993) e Pareto (cf. 1968), que, contrariamente à teoria das trocas sociais, defende que a família deve ser analisada como um todo em interdependência e relacionamento, que se determina com base em fluxos de comunicação. Esta teoria pressupõe, também, que o ambiente externo, influenciando cada um dos membros da família, actua como conjunto. Este sistema, a família, constitui-se e compreende-se por trocas de informação, segundo o esquema de comunicação «emissor-mensagem-receptor», do qual é importante não descurar o feedback (retorno ou resposta) e as barreiras que se atravessam ao processo de comunicação (Amaro, 2006).

No século XVIII, a par das reivindicações dos direitos das mulheres, surgiram as teorias feministas que alertaram para o carácter prostituidor do

casamento, pelo facto de as mulheres apenas se poderem desenvolver e afirmar com a sua concretização. Engels, em 1884, referiu que a família passou de um sistema matriarcal para um marcadamente patriarcal, já que grande parte dos direitos foram recusados à mulher, colocando-a numa situação de dependência face aos homens. Nos anos 30 do século XX, a antropóloga Margaret Mead veio evidenciar que estas diferenças a nível de género são resultado do meio cultural onde o indivíduo se desenvolve; Betty Friedan, em 1963, alegou que a família nuclear assente no sistema patriarcal estava adaptada à sociedade industrial (Amaro, 2006).

A perspectiva feminista veio, assim, a partir desta altura, debruçar-se sobre temas como “a exploração da mulher, a divisão do trabalho doméstico, a relação da família com o trabalho e a violência doméstica” (Amaro, 2006: 37). Tendo em conta o objecto de investigação das teorias feministas, elas só fariam sentido ao contribuírem para a conquista da liberdade e autonomia da mulher, que o sistema insistia renegar. Deste modo, os traços que caracterizam, genericamente, estas teorias são: o género é estruturador de todas as sociedades; as sociedades tendem a depreciar e oprimir as mulheres; esta opressão é reproduzida no seio da família como instituição; desta opressão e da atitude dominadora dos homens face às mulheres, resulta a “cultura feminina” (White e Klein, 2002 *apud* Amaro, 2006).

As novas abordagens dão conta das transformações que a instituição «família» tem sofrido ao longo dos últimos anos, nomeadamente a partir de que se deram as reivindicações dos direitos das mulheres, e das consequências que essas alterações têm acarretado. De acordo com Giddens (2004), as atenções focam-se, agora, sobre “a formação e a dissolução das famílias e lares, e a evolução das expectativas individuais no seio das relações” (*cit in* Amaro, 2006). Por outras palavras, actualmente, o foco dirige-se para o aumento do divórcio e das novas formas de família que se vêm constituindo (recompostas, homossexuais, entre outras) (Amaro, 2006).

Segundo dados do PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, confirma-se que o fenómeno do aumento do divórcio também se regista em Portugal. Em 1960 e 1970 assinalaram-se 749 e 509 divórcios, respectivamente, números aparentemente insignificantes, mas de grande relevância dadas as

conjecturas políticas e sociais da época. Como se pode verificar no Quadro 1, foi a partir da década de 80 que se começaram a registar números de divórcios mais significativos, que foram aumentando gradualmente até ao último ano registado pela fonte: 26176 divórcios, para o ano de 2009.

Quadro 1 – Evolução do número de divórcios

Tempo	Divórcios
1960	749
1970	509
1980	5.843
1990	9.216
1999	17.676
2000	19.104
2001	18.851
2002	27.708
2003	(R) 22.617
2004	23.161
2005	22.576
2006	22.881
2007	25.120
2008	26.110
2009	26.176

Fonte/Entidades: INE, PORDATA

O aumento do número de divórcios, bem como a resultante transformação das formas de família, serão descritos num ponto subsequente.

### 1.3. A administração da Justiça e a Mediação Familiar

A MF surgiu pela exigência de um serviço mais satisfatório, construtivo e a prazo, por parte daqueles que se encontravam em processo de divórcio – satisfação que não era alcançada por via do sistema jurídico, o qual arrastava – e arrasta – os processos por um longo e penoso período de tempo e que, raramente, satisfazia ambas as partes em litígio (Saldanha, 2007/2008).

Coogler, advogado e psicólogo, é considerado o “Pai da Mediação Familiar”, por ter fundado, na década de setenta do séc. XX, o primeiro Centro de Mediação Familiar dos Estados Unidos, sendo que, na década seguinte a actividade se difundiu ao Canadá (Araújo *et al*, 2011). Relativamente ao espaço europeu, este tipo de mediação emergiu na Grã-Bretanha, também na década de 70, alargando-se a outros países a partir da década de 80 (Araújo *et al*, 2011).

Portugal, ao que tudo indica, foi o último a adoptar esta actividade, tendo sido criado em 1990 o Instituto Português de Mediação Familiar, cujo campo de acção recaiu sobre o regulamento e incumprimento do regime do exercício do poder paternal, resultantes do conflito parental, em específico na área geográfica de Lisboa (Araújo *et al*, 2011).

Em tempos, e em algumas culturas ainda nos dias de hoje, a gestão dos conflitos – familiares e grupais – era mediado pela própria comunidade ou por um membro de importante posição social, com o intuito de evitar a intromissão dos sistemas legais ou de pessoas estranhas, de diferentes valores e ideologias. Este tipo de mediação é característico das sociedades patriarcais, onde predominam o modelo de família alargada e estreitas relações de vizinhança pelas dimensões reduzidas das colectividades, e tem muito pouco em comum com a mediação dos dias de hoje (Saldanha, 2007/2008).

A MF, tal como é entendida actualmente, prevê a igualdade de oportunidades, um acordo aceite e justo para as partes em litígio depois de uma negociação e um equilíbrio de poderes, se à partida não estiverem distribuídos proporcionalmente (Saldanha, 2007/2008).

A mediação tradicional, referida anteriormente, acaba por ser um artefacto de poder ao serviço dos mais fortes, o que em nada corresponde à tarefa dos mediadores actuais, particularmente ocidentais. Foi esta inadequação do sistema tradicional ao progresso das sociedades – que levava os indivíduos a recorrerem aos Tribunais com o intuito de defenderem os seus direitos individuais, partindo do pressuposto da justiça e neutralidade desta instância – e a consciencialização da sociedade dos seus direitos e da obrigação da justiça ser mais aberta e transparente, que mobilizou os indivíduos a procurarem novas soluções: a MF, a que Saldanha intitula um “falso regresso no tempo”, um “regresso às origens” (Saldanha, 2007/2008: 11, 15).

A grande diferença entre a Mediação – seja de que tipo for – e mediação tradicional, é que a primeira promove a autonomia de cada uma das partes litigadas, ou seja, concede-lhes o poder de definir a manutenção ou dissolução do desentendimento, face ao compromisso alcançado (Saldanha, 2007/2008).

É pelo aparecimento de novos fenómenos, decorrentes das várias mudanças sociais na América do Norte, das quais sucedem o aumento dos divórcios e correspondente falta de resposta dos Tribunais, que surge a MF (Saldanha, 2007/2008). Neste sentido, Bonafé-Schmitt (1992 *apud* Saldanha, 2007/2008: 13, 14) refere que o sistema judiciário já não está adaptado à evolução das sociedades actuais:

“este modelo racional, formalista, hierarquizado, com todos os seus efeitos induzidos (enorme duração, prazos, complexidade dos procedimentos legais), tem cada vez mais dificuldade em tomar em linha de conta e em regular a complexidade das relações sociais”.

Saldanha (2007/2008) vê nesta questão um paradoxo, pois fala-se de mediação para a resolução de conflitos de vária ordem, mas para esta lacuna dos Tribunais que, de certa forma, entram em conflito com uma sociedade que preconiza um sistema funcional, não há quem faça mediação.

A mediação aparece, assim, pela falha do sistema judicial a três níveis:

- ◆ aumento dos litígios e falência das entidades resolutorias (*judicial*);
- ◆ justiça demasiado burocrática quando devia tender para o interesse do sujeito (*humana*);
- ◆ instituição que se clama justa, quando não se encontra equipada para tal (*moral*) (Garapon, 1992 *apud* Saldanha, 2007/2008).

Coulson, Walton (1969) e Fuller (1970) foram precursores na observância de um sentimento de necessidade do envolvimento de uma terceira pessoa imparcial, habilitada e isenta de poder – o mediador – para a resolução de conflitos familiares (Saldanha, 2007/2008). Mas os precursores da expressão “Mediação Familiar” foram Griffin, Santos e Pember (conselheiros conjugais), criadores de um contexto neutro em que as famílias em conflito pudessem mediar os seus problemas (Saldanha, 2007/2008). Foi a concepção deste contexto que serviu como plataforma de lançamento a Coogler na edificação do primeiro centro de MF dos E.U.A., sendo, ainda, pioneiro na produção dos procedimentos necessários à prática de mediador (Saldanha, 2007/2008).

O desenvolvimento da Mediação, pelas razões já referidas, foi denominado por vários observadores como “a revolução tranquila” (“the quiet revolution”). Esta ocorreu no interior e no exterior dos Tribunais e estende-se à resolução de conflitos que emergem em diversos domínios, como sejam o trabalho, os negócios, as finanças, a escola, as prisões e, claro, a família (Saldanha, 2007/2008: 18). Segundo Singer (1989), o desenvolvimento desta actividade caracteriza-se: pela urgência de arranjar novas formas de dar resposta ao aumento da conflitualidade; pela vontade de estas respostas serem possíveis num âmbito mais privado e informal; pelo propósito de as ver emergir da sociedade civil, com o intuito de a ver mais participativa e administradora da solução dos seus problemas (*apud* Saldanha, 2007/2008).

O sistema judicial é percebido como ineficaz e distante da comunidade, como tal surgiu a necessidade de uma acção mais próxima, que seria conseguida através das entidades que servem os indivíduos e os representam (Câmaras, Segurança Social, etc.) – “justiça de proximidade” (Saldanha, 2007/2008: 19,20). Este tipo de justiça é, segundo Bonafé-Schmitt (1992), criticado por alguns autores que não acreditam que esta se possa intrometer em todos os assuntos da vida social e resolver todos os conflitos que lhe são inerentes, não acreditam na «desjudicialização» de alguns pleitos (*apud* Saldanha, 2007/2008: 20).

Recordemos algumas ideias fortes da investigação de Boaventura de Sousa Santos (2005: 75) que identifica três formas de determinação dos problemas de que padece a justiça portuguesa: “sociológico”, “político” e “operacional”. O primeiro diagnóstico revela um distanciamento considerável entre a Justiça e os cidadãos, percebida pelos últimos. O segundo, mostra que a classe política reconhece as deficiências do sistema judicial e desenha reformas para as contornar, de entre as quais, a “desjudicialização [e] meios alternativos de resolução de litígios”; a questão que se coloca é qual a razão que está por detrás do baixo impacto destas reformas no sistema judicial e, consequentemente, na sociedade. Neste sentido, Santos questiona retoricamente e responde:

“Porque continuamos com problemas estruturais e funcionais muito graves, com uma grande ineficiência, uma grande morosidade, uma grande inacessibilidade e com grandes desperdícios



administrativos? À luz da nossa investigação, ineficiência, morosidade, inacessibilidade e desperdício são os quatro grandes problemas da justiça portuguesa. São também problemas que revelam uma grande “resistência” a serem resolvidos.” (2005: 91)

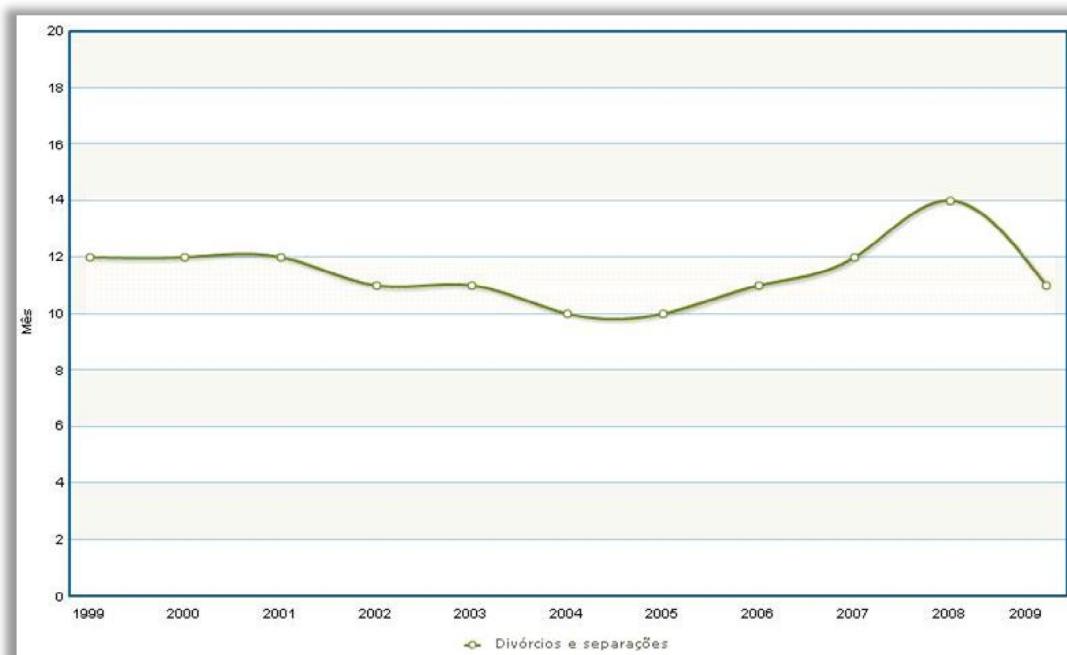
Especificamente no caso português, o «tempo» é uma dimensão a considerar no que respeita à separação litigiosa pois esta implica, necessariamente, o recurso aos Tribunais. Ora, a morosidade e a ruptura de algumas comarcas da justiça nacional é assumida pelos próprios magistrados, advogados e demais funcionários judiciais como um dado (Azevedo e Garcia, 1994 *apud* Santos *et al*, 1996).

Segundo o autor, o combate à morosidade passa por aliviar os Tribunais da “litigação de massa” através da informalização e desjudicialização de alguns conflitos que, a par dos

“[...] julgados de paz, constituem alguns dos caminhos da reforma da administração da justiça. Devem ser adoptados de modo a que defendam a igualdade das partes e promovam o acesso ao direito.” (Santos, 2005: 94)

Se, no período compreendido entre 2001 e 2007, a duração média de alguns processos cíveis, de entre os quais o divórcio e separação, se situava abaixo dos 12 meses (Gráfico 1), a partir desse ano alongou-se até aos 14 meses (2008), sendo já considerada uma acção morosa (Santos, 1996). É certo que a partir de 2008 e até 2009 (último ano registado pela fonte), a duração média de resolução de um processo de divórcio/separação desceu para os 11 meses, podendo estar intimamente relacionado com o avanço e a regulamentação de algumas das reformas preconizadas para o alívio do sistema judicial. Entre elas, o divórcio por mútuo consentimento e a MF – decretada em Outubro de 2008.

Gráfico 1 – Duração média de resolução do divórcio/separação



Fontes/Entidades: DGPJ/MJ, Pordata

Uma análise mais sociológica à questão do tempo de resolução dos processos civis revela que se trata de um “problema de oferta e procura” (Zeisel, Kalven e Buchholz, 1959 *cit in* Santos *et al*, 1996: 389). Esta visão reflecte sobre as estratégias de ampliação dos serviços jurídicos, com a aposta e racionalização dos recursos humanos e económicos, assim como sobre a simplificação de leis e de acções burocráticas; também analisa as estratégias de redução da procura destes serviços, especialmente no que respeita à «desjudicialização» de alguns conflitos (Santos *et al*, 1996).

Embora tenha sido referido anteriormente que os magistrados, advogados e funcionários judiciais assumem a lentidão da justiça, a mediação surge, assim, como uma espécie de solução, já que alivia os Tribunais de alguns dos processos cíveis que os ocupam. No entanto, António Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, descredibiliza a «desjudicialização» de litígios quando, numa entrevista à Lusa a 18 de Dezembro de 2008, proferiu que “a administração da Justiça tem uma dimensão de soberania incompatível com a circunstância de se remeterem segmentos da Justiça para Conservatórias, para Centros de Mediação,

para Julgados de Paz. Não pode ser”<sup>1</sup>. Para o bastonário, a decisão do governo de privatizar segmentos da Justiça, com o intuito de aliviar os Tribunais, é um “arremedo da Justiça” – pois considera que as repartições privatizadas são orientadas para o lucro e para o interesse próprio –, “um retrocesso civilizacional” e uma “vergonha inadmissível”<sup>2</sup>.

#### **1.4. Definição e conteúdos da Mediação Familiar**

O objecto da MF é a realidade casamento/divórcio, tendo sempre em conta a cultura, ideologia e estilos de vida que estão na base das sociedades modernas (Costa, 1994 *apud* Araújo *et al*, 2011). Quer isto dizer que as sociedades têm caminhado em direcção à preconização de novos valores e aqueles que eram enaltecidos há décadas atrás têm-se esvanecido, nomeadamente no que toca à família e às relações fortes e duradouras. Actualmente, os modos de vida das pessoas caracterizam-se por relações mais flexíveis e esporádicas, pela independência e a individualização, por atitudes mais consumistas, exaltando-se a sensualidade e a realização pessoal e profissional. Estas mudanças de valores e conceitos alteraram, necessariamente, a atitude face ao casamento e ao divórcio e a forma como as pessoas os experienciam (Araújo *et al*, 2011). Altera-se, também, a forma como este último se pode realizar e resolver, por meio da MF que é, então, o:

“processo durante o qual os cônjuges, em situação de divórcio, pedem voluntariamente o apoio de uma terceira pessoa, neutra e qualificada, para resolver os seus conflitos, de forma a estabelecer um acordo durável e equilibrado, o qual tomará em linha de conta as necessidades de todos os membros da família, especialmente as das crianças.” (Saposnek, 1985; Erickson e Erikson, 1988 *cit in* Araújo *et al*, 2011: 288)

---

<sup>1</sup> *Jornal de Notícias* (2008), “Justiça: Bastonário dos advogados denuncia “lentidão” do sistema judicial”, 18 de Dezembro. Disponível em: [http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=1061022](http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1061022) [2010, 15 Março].

<sup>2</sup> *Jornal de Notícias* (2008), “Marinho Pinto: “Administração da Justiça é hoje um arremedo da Justiça””, 28 de Dezembro. Disponível em: [http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Nacional/interior.aspx?content\\_id=1064152](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Nacional/interior.aspx?content_id=1064152) [2010, 15 Março].

O termo *acordo* é de importância capital no contexto da MF: a sua obtenção é o seu efectivo e derradeiro objectivo. Folberg (1983) atenta para o facto de ser necessário chegar, também, a um acordo relativamente a uma definição geral desta actividade, pois, se assim não for, estará sempre envolta em polémica e controvérsia, ou seja, nunca se conseguirá estabelecer como uma actividade profissional como qualquer outra (*apud* Saldanha, 2007/2008).

Há uma vastidão de definições de MF, sendo certo que qualquer uma delas faz referência, pelo menos, a esta actividade como um *processo, requerida* pelo casal em conflito, que passa pela intervenção de uma *terceira pessoa* que pretende atingir o *acordo* entre as partes (Saldanha, 2007/2008). Assim, para um melhor entendimento desta actividade, há que esmiuçar todos os aspectos que ela contempla.

Desde já, convém distingui-la da, tantas vezes confundida, Terapia Familiar, que tem um objectivo terapêutico e centra-se no tratamento das causas que estão na base dos desequilíbrios (Saldanha, 2007/2008); enquanto a primeira objectiva um acordo equilibrado para benefício de todos os envolvidos e o equilíbrio a nível psicológico, das relações familiares e das questões legais (Kelly, s.d. *apud* Saldanha, 2007/2008). A diferença principal entre estas duas práticas profissionais é que, enquanto uma visa “curar”, a outra visa um acordo legal, a ser anunciado em Tribunal (Saldanha, 2007/2008). Contudo, assemelham-se no concernente à procura da mudança, à interferência e resolução da controvérsia familiar e à busca de consequências práticas (Saldanha, 2007/2008).

As duas práticas são confundidas pelos próprios profissionais, mas mesmo que um mediador se considere um terapeuta, a sua função não é explorar os sentimentos e as dificuldades psicológicas (Saldanha, 2007/2008). Para Schrod (1990) não tem que se optar, claramente, por uma ou outra prática, pois um terapeuta pode ser mediador em certos momentos a pedido do cliente, e vice-versa (*apud* Saldanha, 2007/2008). Mas Bustelo (s.d) e Milne (1983) referem a vertente terapêutica que a mediação engloba por si só (*apud* Saldanha, 2007/2008). Por sua vez, Gold (1993) é mais comedido, acreditando que se pode trazer para a mediação uma vertente mais terapêutica, deixando o mediador de se cingir apenas à neutralidade que, considera o autor, quase o anula como profissional e pessoa,

implicando uma passagem da mediação à “Mediação Holística” (*apud* Saldanha, 2007/2008: 36, 37). As diferentes visões não se opõem, pois, em primeiro lugar, o mediador deve resolver o conflito, ligando-se à faceta de terapeuta se tanto ele como os seus clientes assim o entenderem (Saldanha, 2007/2008).

Mediação Familiar e Terapia Familiar também se distinguem no que respeita ao *âmbito de actuação*: divórcio e regulação do exercício do poder paternal e aspectos que colocam em perigo a vida familiar, respectivamente (Saldanha, 2007/2008). O campo de acção das duas actividades é colocado em causa quando se questiona a que tipo de profissionais recorrer (ou a que modalidade) se no pós-divórcio voltarem a ter problemas e desacordos no que respeita, a título de exemplo, ao exercício do poder paternal. Para Maria Saldanha (2007/2008) é indubitável que as famílias devam recorrer à mediação, pois o mediador tem formação para intervir em questões jurídicas, fiscais, financeiras e legais, ao contrário do terapeuta.

Também as técnicas e os conceitos diferem de uma actividade profissional para outra. O terapeuta dá lugar à fantasia, à ilusão, à livre expressão dos sentimentos e emoções e alude ao passado. Por sua vez, o mediador familiar tem objectivos mais concretos: a negociação e o acordo. Dá, igualmente, lugar à expressão das emoções, mas tem que as gerir assumindo o controlo sobre elas, concentra-se mais no presente e no futuro, na disjunção de um “nós” num “tu e eu” (Saldanha, 2007/2008: 40-42).

Relativamente ao carácter *voluntário* da mediação, Meyer Elkin (1982) define-a como tal, afirmando, ainda, que o acordo final que esta supõe é mais facilmente atingido quando a sua escolha é deliberada do que quando é imposta (*apud* Saldanha, 2007/2008). Quanto à autora referenciada, a MF não tem que ser, necessariamente, apenas voluntária, pode ser aconselhada/imposta pelas instâncias judiciais, uma vez que muitos casais não têm sequer conhecimento da sua existência e só a aceitam se o entenderem (Saldanha, 2007/2008). No que respeita à imposição da mediação, a autora menciona que esta nunca se deve realizar no seio dos Tribunais, pois a credibilidade, neutralidade e confiança que são supostas o mediador transmitir aos seus clientes, podem não ser acreditadas pela proximidade àquela entidade, isto é, ao poder (Saldanha, 2007/2008).

A garantia de *confidencialidade* é um dos requisitos éticos mais importantes a ser respeitado pelos mediadores familiares. A par disso, é indispensável que os participantes forneçam todas as informações relativas aos assuntos a ser tratados e que nunca usem essas informações como forma de atacar o outro. O mediador deve ter, também, o cuidado de os seus clientes não o associarem, e à sua prática, ao Tribunal, pois, se assim não for, será visto como alguém com poder que não merecerá a confiança deles, não lhes dará segurança nem proporcionará um bom ambiente (Saldanha, 2007/2008). Para Hugh Meissac (1985), mediação é incompatível com o Tribunal e com a peritagem, entende que “um mediador que informa depois o Tribunal é, quanto a nós, um perito disfarçado de mediador” (*cit in* Saldanha, 2007/2008: 49).

No entendimento de Saldanha (2007/2008), a confidencialidade entra em oposição com a noção de segredo, ou seja, tudo aquilo que é partilhado de forma aberta entre os cônjuges. Contudo, resolve esta contraposição defendendo que deve haver confidencialidade para o exterior e ausência de segredo em contexto de mediação. Cabe ao profissional informar as partes envolvidas que a confidencialidade a que ele se dispõe tem os seus limites, uma vez que pode renegar o respeito por essa “regra de ouro” quando se depara com situações de violência ou abusos entre os adultos e para com as crianças (Saldanha, 2007/2008: 49).

A mediação deve ser solicitada quando a separação está já muito perto da inevitabilidade. Pode ocorrer antes de o processo ser encaminhado para Tribunal, durante (implicando a suspensão do mesmo na instância judicial) e, até mesmo, depois, quando é necessário fazer acertos nos acordos. O que importa realçar é que a sua probabilidade de sucesso é maior quanto mais cedo for iniciada (Saldanha, 2007/2008). Há, ainda, quem defenda que o seu sucesso depende muito do facto de o casal não ter lidado com outros profissionais ligados às entidades e actividades judiciais (Saldanha, 2007/2008).

A mediação apenas se concretiza mediante verificação de algumas circunstâncias. A diferença de valores entre os elementos do casal é o que desencadeia, muitas vezes, a ruptura; dado que o mediador não vai mudar os valores de nenhum deles, tem que verificar se há, de ambas as partes, vontade de

resolução do conflito pela negociação (Saldanha, 2007/2008). É ainda conveniente que a opção pela mediação seja voluntária, pois os casais devem chegar de espírito aberto ao processo e com o desejo de consenso, através da partilha de todas as informações necessárias (Saldanha, 2007/2008). A diferença de poderes entre os cônjuges constitui um entrave ao êxito da mediação, pois o que detém a maioria (ou todos) dos poderes raramente tem intenções de abdicar deles, pelo contrário, o que não detém poderes raramente tem algo para oferecer em troca para as negociações; o mediador funciona, assim, muitas vezes, como “reequilibrador” e “redistribuidor” dos poderes em causa, tarefa que se avizinha muito difícil (Saldanha, 2007/2008: 54, 55).

A mediação é inaplicável em casos em que os cônjuges demonstrem uma séria vontade de culpabilização e de permanecerem em conflito (Saldanha, 2007/2008). É condição essencial para o pedido de mediação, que o casal esteja de acordo com o desejo de separação, pois, sem isso, o cônjuge em negação criará constantes entraves ao êxito do processo (Saldanha, 2007/2008). A mediação é praticamente impossível de se concretizar se as partes estiverem em conflito há demasiado tempo, pois, normalmente, recorrem num primeiro momento ao psicólogo e/ou advogado e depois de construído o “método do adversário” – procedimento que, pela escassa ou ausência de possibilidade de comunicação, leva à desunião familiar pela luta instalada – é problemático conquistar a confiança necessária para o prosseguimento do processo de intervenção (Saldanha, 2007/2008: 57, 58).

A materialização do processo só é possível se o(s) advogado(s) não se opuser(em), no caso de se opor(em), fica nas mãos do casal continuar do lado do(s) mesmo(s) ou mudarem de profissionais (Saldanha, 2007/2008). Depois de aceite a separação por ambas as partes e após o consenso de recurso à mediação, devem ser suspensas as actividades judiciais, com o assentimento do Tribunal e dos advogados (Saldanha, 2007/2008). O recurso a esta alternativa pode assentar em duas modalidades: a “Mediação Global”, que trata de todas as matérias implicadas num divórcio, desde as questões financeiras às obrigações parentais; e a “Mediação Parcial”, que trata única e simplesmente da questão relacionada com o exercício do poder parental, seu acordo ou acertos (Saldanha, 1992).

### 1.5. O mediador: funções, atributos e conhecimentos

Depois de um apanhado dos contributos de alguns autores, como sejam Engram e Markovitz (1985), Folberg e Milne (1988), Moore (1986), Coogler (1978) e Blades (1985), a *terceira pessoa* envolvida no processo de mediação – o mediador – deve obedecer aos seguintes princípios éticos: neutralidade, “*empowerment*”, confidencialidade, competência, “*fairness*” (justiça e correcção), “*psychological well being*” (empatia) e “*full disclosure*” (divulgação completa dos conteúdos em causa) (*apud* Saldanha, 2007/2008: 60).

O mediador pode encontrar-se, por vezes, numa difícil situação de escolha entre neutralidade e imparcialidade, já que, segundo Saldanha (2007/2008), estes são conceitos controversos e devem ser avaliados de antemão consoante o contexto em que se inserem. Atendendo ao mero significado de cada um, eles opõem-se e anulam-se mutuamente em algumas circunstâncias (Saldanha, 2007/2008). Levanta-se, então, a questão de saber se o mediador deve ser uma pessoa inteiramente neutra ou se deve intervir, à qual respondem duas abordagens opostas: a da “neutralidade absoluta” e a do “intervencionismo”. A primeira, preconiza que o mediador seja apenas um “facilitador da comunicação”, não intervindo nas decisões, acordos ou desenlace do processo, mesmo que não concorde com eles; ao passo que a segunda preconiza que o mediador intervenha, no sentido de levar o acordo a cruzar com os valores e conceitos que acredita serem os mais justos (Saldanha, 2007/2008: 64-66).

A respeito dessa mesma questão – a da neutralidade ou da intervenção – há autores que se colocam numa posição intermédia: Haynes (1981) diz que ser neutral é impossível na lide com situações de divórcio; Haynes (1981) e Coogler (1979) julgam que o mediador deve ser activo e envolver-se no processo como equilibrador da relação entre os cônjuges em litígio; Marshall (1990) considera, até, que um mediador neutro, pelo seu desinteresse no conflito e nas questões de poder, não acrescenta nada de novo ao processo e à própria mediação (*apud* Saldanha, 2007/2008).

Saldanha (2007/2008) destaca a dificuldade que o mediador sente em colocar o princípio da neutralidade em prática, uma vez que, como ser humano e



social que é, vai evidenciar sempre, implícita ou explicitamente, as suas concepções, os seus valores, princípios e ideologia ao longo do processo de mediação.

Por sua vez, Bustelo (1993) defende que é praticamente impossível ao mediador desligar-se dos seus valores e crenças, pois também ele tem uma família e uma origem familiar, logo nunca se sentirá indiferente. Assim, terá que se manter o mais neutro possível, próximo do ideal, apoiando-se na sua formação, treino e experiência. Deve, sim, possuir capacidade de distância face ao seu cliente, para que as suas inclinações não se reflectam na sua prática profissional (*apud* Saldanha, 2007/2008).

Para Maria Saldanha, as inclinações dos mediadores têm mais a ver com a imparcialidade do que com a neutralidade. Concorde que o profissional não pode e não consegue abster-se das suas convicções. Como tal, o facto de ele ser pretensamente uma “terceira pessoa” não passa de uma filosofia. O mediador escolherá, segundo a sua formação e conhecimento, a sua postura face à sua prática: mais interventivo ou menos interventivo. Tem, sim, a obrigação de esclarecer às partes em litígio a sua postura, uma vez que está em jogo a vida dos clientes e dos seus filhos, que dependem do resultado final do processo (2007/2008).

A autora refere um conjunto de valores ou controvérsias, adiantados por Bernard e seus colaboradores (1984), que podem determinar a acção do mediador:

- ♦ o profissional, procurando ser o mais justo possível, deve auxiliar o cônjuge mais fraco (aquele com menos poderes, se a diferença de poderes existir), no sentido de o acordo ser justo para ambos e de igualizar esses mesmos poderes;
- ♦ o profissional fica dividido entre procurar ser interventivo ou deixar o processo decorrer consoante a determinação do casal até ao acordo final;
- ♦ o profissional depara-se com a dúvida de tratar todos os membros da família (adultos e crianças) de igual forma ou privilegiar apenas os adultos, decisores da separação;

- ♦ o cliente do mediador pode dizer respeito apenas e só ao casal ou à família como um todo, o que implica a integração das crianças (*apud* Saldanha, 2007/2008).

Os mesmos autores definem as posturas que o mediador pode assumir ou as formas como pode intervir na sua prática: “uma entidade neutra – a terceira parte facilitadora”, “alguém que propõe o acordo (um dos acordos possíveis) justo e equilibrado”, “um protector da parte (do cônjuge) mais fraco” ou “uma mistura [destes] papéis” (*cit in* Saldanha, 2007/2008: 74).

Na opinião de Maria Saldanha (2007/2008), assim como de Haynes (s.d.), a distinção entre facilitação da comunicação e negociação simples ou neutra, a condução activa e voluntária do processo e a elaboração do acordo final, são tarefas fictícias para o mediador, pois “o acordo pertence às partes (aos cônjuges) mas o processo pertence ao Mediador” (*cit in* Saldanha, 2007/2008: 73). O que é certo é que a postura do mediador vai influenciar todo o processo e o acordo final. A postura assumida deve ser coerente, tal como os argumentos que apresenta relativamente a ela, uma vez que a neutralidade do mediador, que se joga a nível do processo, traduz-se nos temas que lança e nas questões que privilegia.

Para Haynes (s.d.), o domínio do processo pelo mediador nunca se efectiva, já que a mediação tem como pressuposto que sejam as partes a tomar as decisões. O mediador é um mero facilitador e condutor da comunicação. Ele nunca intervém ou influencia na íntegra os aspectos incluídos numa separação (como, provavelmente, fazem os advogados), mas o acordo final que elabora tem de ser conforme a todos os pequenos acordos ditados ao longo do processo (*apud* Saldanha, 2007/2008).

A postura de neutralidade absoluta, ou de não-intervenção, implica que o mediador se centre apenas no processo e não no acordo final, independentemente de ser justo ou não, pois o mediador não se considera com conhecimentos ou poderes suficientes para intervir no futuro da família (Saldanha, 2007/2008). Desta forma, o mediador que opta por esta posição tem, somente, a função de “facilitador da comunicação” e “fonte de informação”, não tendo qualquer influência sobre o processo e respectivo acordo. Inversamente, o mediador que segue a via da intervenção, conduz todo o processo até ao acordo que considera,

do seu ponto de vista moral, o mais justo e adequado para todos os envolvidos (Saldanha, 2007/2008: 78, 79).

Para Haynes (1981), a escolha dos cônjuges pela via da mediação é reveladora, implicitamente, da vontade dos mesmos em evitar os Tribunais em prol de um consenso e de um acordo benéfico para todos, o que revela, por sua vez, a sua disposição à cooperação. Para o mediador intervencionista, tal situação facilita-lhe o usufruto do poder que lhe é concedido, sendo a facilitação da comunicação e o acesso à informação apenas duas técnicas no meio de outras tantas de que vai fazer uso – ele poderá, por exemplo, fazer pressão, rumo ao acordo mais favorável (*apud* Saldanha, 2007/2008). Neste sentido, o mediador intervencionista propõe um conjunto de soluções e alternativas em direcção ao acordo final justo e equilibrado (Saldanha, 2007/2008).

Sendo a mediação uma área que entrelaça diversos saberes e se inclui numa variedade de campos científicos, o seu acto pode ser executado por especialistas de Direito, Sociologia, Psicologia e, ainda, Serviço Social e Educação Social (Araújo *et al*, 2011). Contudo, esta área tem, nos últimos anos, no nosso país, pretendido autonomizar-se, através da criação de uma especialização em MF, apesar de ainda ser muito pouco comum.

Coloca-se, assim, a questão da formação ideal do mediador. Relativamente a isso, há quem defenda que a mediação pode ser praticada por dois tipos de profissionais: os advogados, que tratam das questões legais, e os psicólogos, que tratam das questões mais “humanas”, nomeadamente das ligadas às crianças (Saldanha, 2007/2008). Porém, o divórcio é um processo muito complexo, impossível de ser dividido por assuntos ou problemáticas, como tal tem que haver uma estreita colaboração entre ambos os tipos de profissionais – “co-Mediação”. Esta avizinha-se como uma solução possível, no entanto, quer advogados quer psicólogos, acusam o outro profissional de não ser qualificado ao ponto de poder resolver as questões que lhe dizem respeito, ou à sua área profissional (Saldanha, 2007/2008: 85).

De resto, importa agora assinalar que os profissionais, das diferentes áreas que podem praticar a mediação, não assumem que os seus conhecimentos sejam complementares, estando assentes numa lógica de fixação da “jurisdição”

profissional, isto é, na conquista do direito de controlo na prestação de serviços de determinadas actividades, da qual emergem a competição, a disputa e o conflito nessas áreas jurisdicionais, que constituem a dinâmica de desenvolvimento profissional (Rodrigues, 1997).

Estas questões, bem como o tema da cultura e identidade profissionais, são muito abordados no âmbito da Sociologia das Profissões – tendo como conceitos centrais o saber, competências e conhecimento científico – e foram analisadas no âmbito de um projecto realizado para uma unidade curricular com aquele nome, do 1º ano de Mestrado em Sociologia (2010), elaborado em conjunto com uma colega de curso, Sílvia Silva, as quais serviram para descrever, em seguida, as diferentes correntes teóricas que sustentam o tema da jurisdição profissional.

A tradição funcionalista atribuiu um lugar de destaque às profissões, no que toca ao seu processo de desenvolvimento profissional e sedimentação, encaradas como um valor intrínseco e de uma humanidade indubitáveis, do qual se reproduziam de imediato os poderes e assim os privilégios profissionais (Rodrigues, 1997: 112).

O funcionalismo centrou-se nos atributos que decorreriam da constituição das profissões, ausentes nas restantes ocupações. Como tal, uma profissão satisfaria uma clientela, através de uma especialização de serviços, cujas práticas seriam regidas por códigos éticos e deontológicos definidos pelas associações profissionais. Além disso, os profissionais possuiriam um corpo de conhecimentos científicos, técnicos e teóricos – a fonte de legitimidade social das profissões, para Parsons –, obtidos no decurso de uma formação universitária, possibilitando a aquisição de uma cultura profissional (Rodrigues, 1997: 8; Gonçalves, 2007/2008: 179). Neste contexto, Goode (1969, *apud* Pereira-Neto, 1995: 601) afirma que uma profissão torna-se valorizada no “mercado de prestígio” graças, em parte, ao alto nível de sua formação. O profissional é alguém que aprende mais do que aplica na prática, é alguém que “sabe tanto que pode comunicar somente uma pequena parte disto” (Wilensky, 1970: 493, *cit in* Pereira-Neto, 1995: 601).

A ruptura com o funcionalismo acontece aquando das contribuições do interaccionismo simbólico. Nesta corrente torna-se evidente que, se o

conhecimento científico é uma condição necessária e indispensável nos processos de profissionalização, não é contudo suficiente, assim esta corrente aborda

“as condições sociais que levaram ou permitiram que uma ocupação reivindicasse, alcançasse e depois mantivesse ou perpetuasse uma particular competência/ *expertise*” (Rodrigues, 1997: 8; Gonçalves, 2007/2008: 179).

Esta corrente, ao contrário do funcionalismo, centra-se nas ocupações e no seu processo de profissionalização, isto é, na forma como as suas práticas podem ser socialmente reconhecidas como legítimas e, por conseguinte, os seus membros pertencerem a uma actividade profissional monopolizada, que lhes concede prestígio e estatuto (Gonçalves, 2007/2008: 180). Aqui, o estabelecimento institucional do conhecimento é condição necessária para integrar uma profissão, pois constitui a base para a reivindicação da exclusiva jurisdição sobre um saber ou conhecimento específico.

No que respeita às abordagens do poder, inspirada nas teses institucionalistas de Foucault, Larson

“virá a argumentar que o saber em si não é suficiente para constituir o recurso e que para demonstrar a superioridade de um grupo é necessário desenvolver um processo de construção e de apropriação de um discurso científico, *autorizado* e *autorizante* (“verdadeiro”). O sucesso deste processo dependerá do contexto político, da eficácia dos profissionais e dos recursos intelectuais, ideológicos e sociais dos seus membros” (*apud* Rodrigues, 1997: 114).

A autora focaliza-se na análise do “projecto social”, associando-o ao avanço do sistema capitalista, projecto esse que se refere, basicamente, a um monopólio legal alcançado pelas profissões. Estas conseguiram o gozo exclusivo de determinadas actividades, assegurando o reconhecimento e protecção estatal da actividade profissional. Exclusividade que se difunde, também, à esfera do conhecimento e das qualificações profissionais, adquiridas no ensino superior e credenciadas pela sociedade, para a execução das actividades inerentes a cada

profissão. A par disto, o acesso a posições de elevado estatuto social ocorre através de um processo de mobilidade, apoiado nas estratégias de “fechamento social” e no monopólio profissional atingido, evitando a concorrência com o intuito de aumentar o valor de mercado da profissão (Gonçalves, 2007/2008: 183).

Larson atribui ao Estado, e à relação estabelecida entre este e as comunidades profissionais, bem como às universidades, a responsabilidade do desenvolvimento de conhecimentos científicos e profissionais habilitados ao exercício de determinadas profissões (Gonçalves, 2007/2008: 183).

Por sua vez, Goldstein (1984), também com recurso a Foucault, cujas teses edificadas a partir do estudo da história e dos sistemas de pensamento das sociedades contemporâneas, reflecte sobre a relação entre saber e poder e reatam a transformação do conhecimento científico em instituições, em funções ou papéis sociais concretos (cf. Rodrigues, 1997: 113).

O poder deixa de estar directamente ligado somente ao saber. Este também deve ser analisado tendo em conta as condições reais da sua aplicação, bem como da construção social da sua oferta e procura. Assim, centra-se a abordagem nas medições entre os saberes e os poderes, na transformação do valor intrínseco do conhecimento em valor de uso reconhecido socialmente (Rodrigues, 1997: 113). A abordagem ao poder das profissões emerge da possibilidade de não fazer mais sentido falar em profissões dominantes, como a medicina e a advocacia, com os seus poderes e privilégios, face às alterações económicas e sociais que as sociedades modernas atravessavam nas décadas de 70 e 80.

No seguimento da lógica da autora, também Parkin (1978 *apud* Gonçalves, 2007/2008: 183-184) considera a habilitação, ou credenciação, dos profissionais justificativa da profissionalização como estratégia de fechamento social das profissões, assente em mecanismos de exclusão, já que a profissionalização se resume num processo de conversão de recursos raros – conhecimentos e competências – em recompensas económicas e sociais. Do mesmo modo, Collins (1979 *apud* Gonçalves, 2007/2008: 183-184) considera o “credencialismo” uma forma de fechamento característico das sociedades capitalistas, que se firma na atribuição de credenciais aos grupos profissionais pelo sistema educativo e na profissionalização como meio de restrição de possíveis concorrentes à

comunidade profissional (“*market closure*”), assim como de monopólio sobre os ganhos e títulos honoríficos (“*high occupational status honour*”). A abordagem sistêmica e comparativa apresenta as propostas de Freidson, Derber e Abbot, para os quais o conhecimento é o principal recurso do poder profissional. Abbot considera que:

“só o sistema de conhecimento abstracto pode definir os problemas e tarefas dos profissionais, defendê-los dos competidores e ajudá-los a conquistarem soluções novas para os problemas novos – o conhecimento é assim a peça fundamental para a autonomia profissional, das posições de poder e privilégio na sociedade e nas organizações, assegurando a sobrevivência no sistema de profissões competitivo” (*cit in* Rodrigues, 1997: 112-113).

O autor, focando-se na natureza do trabalho profissional e na relação das profissões com o meio em que se inserem, considera estas últimas com um todo, um “sistema de profissões”, cuja meta essencial é a fixação da sua jurisdição – no sentido de ligação entre uma profissão e as suas actividades, sobre as quais detêm direitos de controlo –, condição para a emergência de conflitos interprofissionais. O conhecimento abstracto concede significação às profissões e é utilizado como defesa na gestão dos conflitos. A legitimidade e o poder das profissões, assente na dominação face a outras comunidades profissionais, Estado e clientes/empregadores, pode ser posto em causa por transformações internas – com o desenvolvimento de outros conhecimentos científicos – e externas – com o progresso tecnológico e organizacional – poder esse, indispensável à manutenção da jurisdição (Gonçalves, 2007/2008: 186).

A observação de modificações sociais, económicas e culturais das sociedades desenvolvidas faz surgir o debate em torno da crescente importância e centralidade do conhecimento. Estas modificações têm fomentado o crescente impulsionamento do conhecimento científico e do tecnicismo, não fosse o aumento de profissões técnicas e científicas entre a população activa europeia (UE-25) (Gonçalves, 2007/2008: 196-197).

Relativamente ao nosso país, verifica-se que este começa a desenvolver-se lentamente, sendo que a progressão científica e tecnológica se desencadeia em anos recentes, sobretudo, após a revolução de Abril. Assim, vai influenciar directamente a configuração da nossa sociedade e, também, das profissões. A importância da escolarização e da escola, sendo a instituição que fornece as bases do conhecimento, torna-se central, não apenas para formar cidadãos mas para o próprio desenvolvimento do país.

Historicamente, as profissões surgem na Idade Média ligadas às instituições religiosas, mas foi com a chegada do Renascimento que três profissões se sedimentaram na sociedade com extrema importância: o clero, a medicina e o direito. Apesar de com menor intensidade, ainda nos dias de hoje, as categorias profissionais referidas são conotadas a uma autoridade suprema, especificamente para este caso, o direito.

Depois desta exposição dos diferentes olhares sobre as profissões, interessa agora especificar a disputa de primazia dos advogados face aos mediadores. Mike Emerson (2009), advogado e mediador familiar, investigou sobre a barreira colocada pelos advogados aos mediadores familiares. Os primeiros revelam inquietação relativamente à MF, pois consideram que: os profissionais que a exercem lhes podem «roubar» clientes e afastar o negócio; os mediadores que não forem, também, advogados não têm competências suficientes para intervir em problemas jurídicos, pois só os advogados são capazes de defender e proteger os interesses dos seus clientes, e, nesse sentido, sentem necessidade de verem este seu papel protegido.

No entanto, Emerson (2009) regista também a outra face da moeda, isto é, a existência de algumas preocupações no que respeita à inclusão dos advogados em processos de mediação. Há quem defenda que a instrução e a prática do “método do adversário” (Saldanha, 2007/2008), típica dos advogados, não são coerentes nem consistentes com a prática conciliatória característica da MF. Os advogados estão habituados a «lutar», tomam posições opostas à outra parte em conflito, pautam a sua conduta pela sentença «ganho/perda» e são indiferentes ao prejuízo do outro e à destruição de relacionamentos, como tal, dificilmente se adaptam ao carácter cooperativo, sensitivo e de negociação da MF. Há, ainda,



quem considere que esta barreira edificada pelos advogados está associada ao seu interesse financeiro, ou seja, têm a preocupação de que a MF lhes venha reduzir os honorários (Emerson, 2009).

Segundo o mesmo autor, esta barreira tem vindo a esbater-se à medida que avançam e se destacam os meios de Resolução Alternativa de Litígios, nomeadamente, a mediação. Assim, os advogados têm vindo, gradualmente, a aceitar e a participar nos processos de mediação, pois o seu papel pode ser importante na descrição de todos os trâmites deste processo ao cliente, bem como na discriminação das questões a serem abordadas e a serem excluídas. Depois de obter o consentimento do seu cliente em prosseguir para a mediação, assume, também, o papel de contactar o advogado da outra parte propondo essa mesma intenção. Sendo correspondido, deve fornecer a lista de mediadores com os respectivos *curriculum vitae* actualizados, acordando, em seguida, com o cliente a duração do processo de mediação e os honorários do mediador (Emerson, 2011).

Verifica-se, então, que a prática da mediação implica o domínio de, pelo menos, dois tipos de saberes. Assim, tanto advogados como profissionais das ciências humanas terão de se despojar da sua actividade habitual e todos os procedimentos que ela implica e adquirir capacidades e competências para um novo serviço, que obriga a uma especialização. Mas para o advogado é mais difícil do que para os profissionais das ciências humanas desapossar-se da sua prática comum, pois está habituado a lidar com o “método do adversário”, e mesmo que o consiga, tenderá a dar mais ênfase aos aspectos legais, assim como, por exemplo, o psicólogo tenderá a enfatizar as crianças e as pendências psicológicas da família (Saldanha, 2007/2008). Há quem veja a prática conjunta dos dois tipos de profissionais como uma mais-valia, pois as aptidões e os conhecimentos, apesar de diferentes, complementam-se (Saldanha, 2007/2008).

Numa altura em que várias decisões da vida das pessoas são tomadas por «estranhos» – entidades jurídicas, políticas, sociais e financeiras – num sistema “pseudo-democrático”, a Mediação surge como uma possibilidade de ser cada um de nós a decidirmos a nossa própria vida e o destino que lhe queremos dar, com liberdade e responsabilidade, reveladoras de uma participação mais dinâmica na e da sociedade (Saldanha, 2007/2008: 94). Apesar de a mediação ser um serviço

com custos (como quase todos), dá vantagem ao «consumidor» de ser tratado como pessoa na íntegra e reclamar o direito de ser tratado como tal (Saldanha, 2007/2008).

O apelo à cooperação e conhecimento mútuo da mediação, em detrimento da competição e seus efeitos nocivos para a família, pode não ter resultados imediatos, mas com o tempo revela-se como um benefício para ambas as partes, para a família e, especialmente, para as crianças (Saldanha, 2007/2008).

Ao inverso do procedimento legal tradicional, o espaço da mediação permite que todos falem, ajam e comuniquem por si próprios. O mediador apenas facilita esse procedimento, dirigindo-o e zelando para que não se transponha nenhum obstáculo (Saldanha, 2007/2008).

A mediação facilita o respeito dos cônjuges, das necessidades de cada um e ajuda-os a manterem os seus papéis e responsabilidades de pais, para interesse dos filhos. Faculta um espaço calmo, onde tudo pode ser dito e discutido sem censura, sob a garantia da confidencialidade. O mediador deve servir, assim, de exemplo: alguém que ouve, se interessa e se preocupa e que faz com que os pais não se esqueçam que a sua ruptura não implica a ruptura de um deles com os filhos, apelando à necessidade da co-parentalidade (Saldanha, 2007/2008).

A mediação, por ser contrária ao método do adversário, ajuda a reduzir a fúria e a ansiedade em que se encontra o casal em separação, pois tenta não engrandecer os sentimentos negativos. Tenta que o casal se veja como duas pessoas com muito em comum, que devem cooperar no sentido de tomar decisões relativamente à partilha desses aspectos comuns. Mais, o mediador deve fazê-los olhar para o presente e para o futuro, nunca para o passado, evitando a tristeza, as recriminações e culpabilizações (Saldanha, 2007/2008).

O profissional tem em mãos uma tarefa difícil: o sentimento de que a auto-estima e a dignidade se mantêm em ambos os cônjuges, uma vez que eles se sentem melindrados no que toca à separação de bens e responsabilidades, pois nenhum quer ver a sua vida mais afectada que a do outro. Daí o mediador ter constantemente que relembrar que cada decisão e mudança são passos em direcção à melhoria das suas vidas (Saldanha, 2007/2008).

A mediação deve ser vista como um exemplo de gestão e resolução de conflitos, dado que, ao contrário do Tribunal, o acordo só é celebrado aquando da aceitação de todas as partes envolvidas e no momento em que estas entenderem que é justo e todos os ganhos e perdas foram igualmente repartidos (Saldanha, 2007/2008).

A mediação pode, então, ser entendida como um método de gestão dos conflitos conjugais, tendo sempre em vista o superior interesse das crianças, vindo preencher algumas falhas do sistema jurídico tradicional. Como tal, e de acordo com Araújo *et al* (2011: 287), deve contemplar duas vertentes: uma como “técnica de intervenção”, pois envolve o uso de um conjunto de estratégias e procedimentos que tendem a resolver o conflito; e outra como “metodologia de descoberta e auto-reflexão”, pois deve levar cada um dos cônjuges a repensarem as causas e os seus interesses, aprendendo a lidar com a situação de separação e serem capazes de enxergar as melhores soluções para os filhos, a fim de não os prejudicarem.

O papel daquele que pratica o «acto da mediação» – o mediador<sup>3</sup> – deve concentrar-se na sua apresentação – perante os interessados nos seus serviços – como alguém credível e imparcial, explicando todas as fases e etapas que o processo de mediação contempla. O encorajamento da manutenção de contacto entre pais e filhos e a facilitação da comunicação para o equilíbrio de poderes e negociações fazem, também, parte das suas funções (Ávila, 2004).

O mediador deve, então, reunir um conjunto de atributos que o conduzirão a uma prática eficaz: “autenticidade”, o conhecimento de si mesmo transmite aos outros segurança, confiança e tranquilidade; “capacidade de escuta activa”, facilita a recolha de informação e a descrição da situação; “capacidade de entrar na relação”, com o uso de uma linguagem neutra, facilitadora da edificação da relação com ambos os participantes;



---

<sup>3</sup> TVRecord (2008), “Jornal do Meio-dia”. Entrevista sobre Mediação Familiar, 4 de Agosto. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EbAq833LwWI> [2010, 8 Agosto]

“capacidade de propor ideias”, apresentando soluções igualitárias para o progresso das negociações; “capacidade de não dramatizar”, colocando a situação nas devidas medidas; “arte de bem resumir a situação”, para que não haja discrepâncias na compreensão dos factos; “aptidão de ressaltar os aspectos positivos e estimular os esforços dos participantes”; “capacidade de ver as alternativas”; “capacidade de abertura às diferenças culturais”; e “persistência e perseverança (Ávila, 2004: 27).

São seis as etapas que compõem o processo de MF, que são a seguir enumeradas e enunciadas (Ávila, 2004: 38-42):

*A. Introdução ao processo de mediação*

- a. apresentação dos objectivos e exigências do processo por parte do mediador, bem como das suas funções,
- b. estabelecimento de um quadro de trabalho conforme às solicitações do casal;
- c. recolha das principais informações do casal e dos filhos e identificação das expectativas do primeiro;
- d. criação de um ambiente propício à resolução dos litígios, baseado na neutralidade e no estímulo à colaboração e «discussão» entre as partes, devendo o mediador manter sempre o controlo;
- e. estabelecimento de regras com a aprovação do casal, que se comprometem a respeitá-las (interrupção dos procedimentos judiciais, prestação de todas as informações necessárias, impedimento de exigir que o mediador testemunhe em Tribunal, bem como o respeito pelo seu anonimato);

*B. Verificação da decisão de separação ou de divórcio*

- a. promoção da «discussão» sobre a separação por parte do mediador, deixando fluir os sentimentos e emoções, na tentativa de que o casal compreenda melhor a situação, com o intuito de identificar as causas dos problemas e formular alternativas;
- b. consciencialização do casal na tomada de decisão de separação definitiva (dando início ao processo de mediação), separação temporária ou reconciliação (para a qual é aconselhada terapia);

- c. auxílio na projecção do futuro, do período pós-separação;
- C. *Negociação das responsabilidades parentais*
  - a. acordos relativos aos filhos (visitas, férias, residência, etc.) e aplicação de estratégias no sentido de os colocar a par da decisão, tendo como superior interesse o bem-estar destes;
  - b. consciencialização dos pais de que as crianças precisam de ambos para o seu desenvolvimento saudável;
- D. *Negociação da divisão dos bens*
  - a. recolha de informação, por parte do mediador, dos pertences familiares, com a intenção de os repartir justa e igualitariamente;
  - b. consciencialização dos participantes dos seus direitos e obrigações;
- E. *Negociação das responsabilidades financeiras*
  - a. análise da condição financeira de cada uma das partes, de modo a que o mediador tenha consciência das suas necessidades e da proporção de despesas que podem assumir;
  - b. averiguação de todas as opções possíveis, com vista à satisfação das partes;
- F. *Redacção do projecto de acordo*
  - a. resumo e transmissão aos participantes dos conteúdos acordados;
  - b. constituição do acordo pela identificação das partes envolvidas, seus filhos, regime matrimonial, data da separação, acertos do exercício do poder parental, divisão dos bens e despesas, cuja redacção indica um pacto civilizado por via da mediação;
  - c. envio do acordo escrito a cada um dos cônjuges e respectivos advogados, ao qual se segue o retorno à instância judicial para ratificação do mesmo.

Em média, realizam-se três a seis encontros de mediação com duração de uma hora e meia cada.

### **1.6. A mediação familiar e o superior interesse da criança**

A propósito do superior interesse da criança, que atravessa um período de separação ou divórcio parental, é interessante, elucidativa e aconselhável a leitura da Carta dos Direitos das Crianças, que pode ser encontrada no sítio oficial do IPMF<sup>4</sup>.

O espaço onde se realiza a MF aparece como uma oportunidade às crianças para falarem e exporem os seus sentimentos e aspirações, oportunidade nunca oferecida em contexto legal e jurídico (Saldanha, 2007/2008).

A mediação permite às crianças terem um papel activo e participativo na separação dos pais, tal como o Tribunal. Todavia, neste, a criança encontra-se mais constrangida porque tem, obrigatoriamente, que optar por um dos progenitores, uma experiência da qual nunca se esquecerá (no seu sentido negativo). Acredita-se, então, que os desejos, sentimentos e interesses das crianças devem ser ouvidos, já que é a vida dela que está, também, em jogo. No entanto, deve ser ouvida em casa ou no local onde se realiza a mediação, já que o mediador não tem a carga simbólica negativa que tem o Tribunal, sendo respeitada a sua privacidade. Ouvir a criança não significa que ela vai tomar ou modificar qualquer decisão, e isso deve ser-lhe devidamente esclarecido, pois o objectivo de ouvi-la centra-se no seu respeito e consideração, na sua participação activa e consulta; serve, ainda, para que o mediador (quando os pais não são capazes) a informe das deliberações que foram alcançadas relativamente à sua vida e à vida dos seus pais. Portanto, deve ser-lhes esclarecido que elas estão ali para serem ouvidas, mas que a “hierarquia natural do poder” se mantém. Esta tarefa é difícil e deve, por isso, obedecer a algumas regras (Saldanha, 2007/2008: 102-110).

Haynes (1996) concorda com a audição dos filhos durante uma consulta de mediação, com o objectivo de que estes tenham conhecimento do acordo que os pais alcançaram. Não obstante, o autor discorda da inalterabilidade do acordo, que possa resultar da participação dos filhos, considerando que

---

<sup>4</sup> IPMF – Carta dos Direitos das Crianças na Separação. Disponível em: <http://www.ipmediacaofamiliar.org/CARTA.html>  
[2010, 21 Junho]

“é importante que esta sessão seja feita *somente* se os pais concordarem que estão dispostos a modificar o acordo para acomodar as legítimas preocupações dos filhos. Seria desleal com os filhos convidá-los para comentarem um facto consumado” (1996: 113).

O mesmo autor (1996) refere, ainda, que o mediador deve tomar nota de todas as questões ou contribuições avançadas pelos filhos e, no final, pedir aos pais para as analisarem. No caso de estes aceitarem algumas, ou parte, delas e houver necessidade de renegociação, o mediador deve solicitar às crianças o abandono da sala e auxiliar os progenitores a tomarem as decisões respectivas.

Drapkin e Benfeld (1994), por sua vez, não concordam com a audição das crianças num processo de separação, pois consideram que os pais pensam da mesma maneira que elas, são os seus representantes e, mais do que ninguém, sabem o que é melhor para as mesmas (*apud* Saldanha, 2007/2008). Contudo, e de acordo com o primeiro artigo da convenção internacional dos direitos das crianças, reconhecido pela ONU,

“a criança “capaz de discernimento” tem o direito de exprimir a sua opinião sobre todas as questões que lhe dizem respeito e a interessam, e as suas opiniões deverão ser devidamente tomadas em consideração, tendo em conta a sua idade e o seu grau de maturidade” (*cit in* Saldanha, 2007/2008: 104).

Considerando as crianças como seres capazes de entendimento, tal como prevê a convenção internacional dos direitos das crianças, a mediação, como espaço em que os pais levam a cabo uma separação por mútuo consentimento, surge como a oportunidade ideal e a mais viável de lhes dar voz. A via litigiosa, que obriga à presença em Tribunal, não é o melhor local para escutar as crianças, uma vez que elas comparecem única e simplesmente para optarem entre um dos seus progenitores, um peso que carregarão sempre consigo. Por outro lado, com o mediador as crianças podem expor os seus desejos, anseios e angústias, elas são ouvidas mas simultaneamente protegidas, pois não têm que escolher de que lado ficam (Saldanha, 2007/2008).

Independentemente da decisão que o mediador tomar – ouvir ou não as crianças e considerar no acordo final as suas reflexões – importa reter que a mediação é um processo que, geralmente, retorna à sua origem, dado que, qualquer alteração na vida de uma das partes requer a alteração de um qualquer segmento do acordo, que, por conseguinte, altera todo o acordo em si.

### 1.7. A Mediação Familiar em Portugal

Como foi sendo referido anteriormente, o padrão «natural» de família vem-se desvanecendo ao longo do tempo. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o nosso país tem registado uma diminuição de casamentos: de 1999 a 2009 houve uma quebra de 28319 casamentos celebrados (católicos, por civil, outra), tal como se pode verificar no Quadro 2, extraído da base de dados do PORDATA e que confirma os valores apresentados pelo INE.

Quadro 2 – Evolução do número de casamentos

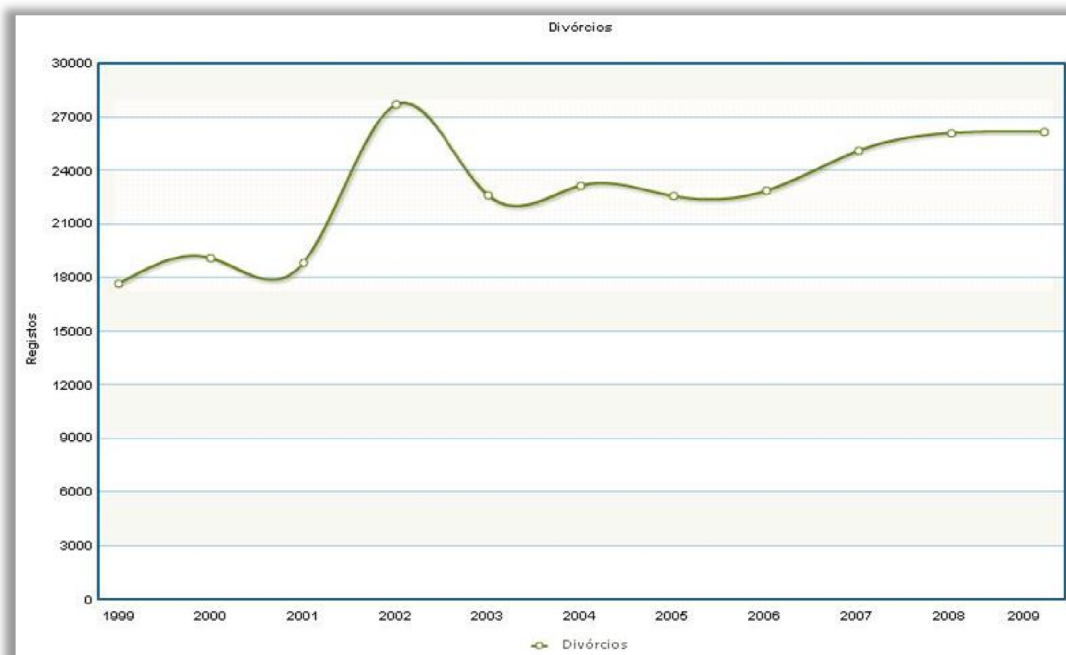
Registos	
Tempo	Casamentos
1999	68.710
2000	63.752
2001	58.390
2002	56.457
2003	53.735
2004	49.178
2005	48.671
2006	47.857
2007	46.329
2008	43.228
2009	40.391

Fonte/Entidades: INE, PORDATA

Inversamente, a dissolução de casamentos por divórcio tem aumentado: em 2008 houve mais 7006 divórcios que em 2000, período de que há referência no INE, valor que é corroborado pelo PORDATA, como se pode verificar no Gráfico 2. É interessante verificar que, segundo dados da primeira fonte referida, esse aumento acompanha a duração dos casamentos, isto é, o divórcio aumenta a par da maior durabilidade dos casamentos, havendo superior incidência nos casamentos que duram entre 10 e 19 anos.



Gráfico 2 – Evolução do número de divórcios e separação de pessoas e bens



Fonte/Entidades: INE-DGP J/MJ, PORDATA

Para além desta evolução casamento/divórcio, a “família moderna [...] agrega elementos diferenciadores como a transição de uma família extensa para uma família nuclear ou restrita” (Giddens, 1996 *apud* Araújo *et al*, 2011: 295). Segundo dados do INE, em 2009 havia mais 199248 casais sem filhos que em 1999, contudo, ao longo desse período, os casais com filhos mantiveram-se mais ou menos dentro das mesmas proporções. De acordo com a mesma fonte, em 2009 registam-se mais 73376 famílias monoparentais que em 1999<sup>5</sup>, sendo curioso verificar que em todos os anos compreendidos ao longo desse período essas famílias são, em larga maioria, constituídas por mulheres<sup>6</sup>. A realidade descrita, no que respeita às famílias monoparentais serem largamente representadas pelo sexo feminino, pode ser, não só mas também, reveladora do

<sup>5</sup> PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo – Tema: População; Subtema: Família; Quadro: Clássicas por tipo de família; Séries: Utilizar todas as séries; Período: 1999 a 2009. Disponível em: [http://www.pordata.pt/azap\\_runtime/Main.aspx?n=4](http://www.pordata.pt/azap_runtime/Main.aspx?n=4) [2010, 9 Setembro].

<sup>6</sup> PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo – Tema: População; Subtema: Família; Quadro: Clássicas monoparentais por sexo; Séries: Utilizar todas as séries; Período: 1999 a 2009. Disponível em: [http://www.pordata.pt/azap\\_runtime/Main.aspx?n=4](http://www.pordata.pt/azap_runtime/Main.aspx?n=4) [2010, 9 Setembro].

facto de os divórcios, que envolvem filhos, resultarem, normalmente, na guarda única.

Em Portugal, as contendas do divórcio sempre foram resolvidas por advogados, o que conduziu a uma sistemática colocação das crianças num segundo plano. Desse modo, a guarda conjunta – preconizada pela MF – parece surpreender aqueles que sempre se habituaram ouvir falar de guarda única, o que é denunciador da falta de preparação dos advogados em trabalharem com as problemáticas associadas às crianças. Afirma-se, neste sentido, que é impossível ao “advogado mediador” exercer esta última função respeitando, simultaneamente, o código ético e deontológico a que a primeira profissão obriga (Saldanha, 2007/2008: 86-88).

Na maioria dos estados americanos, Austrália, Inglaterra e Escandinávia a mediação familiar evoluiu de forma excepcional desde há cerca de três décadas atrás (Saldanha, 1992). Nos dois primeiros é, inclusive, obrigatório que os juízes e advogados informem os casais em divórcio da sua existência e a profissão de mediador já está perfeitamente disseminada e inserida como serviço público ou em regime liberal (Saldanha, 1992). Ao invés, em Portugal esta actividade é, ainda, prospectiva e “sonega-se enquanto mero acto de aplicação da lei (nomeadamente a que respeita à regulação das responsabilidades parentais) ou de voluntarismo” (Araújo *et al*, 2011: 304). Apesar de contemplada na lei, a MF está, ainda, muito assente no aconselhamento, por não lhe ser reconhecida a autenticidade na resolução de conflitos, tanto como é ao sistema judicial, através dos advogados (Araújo *et al*, 2011). Apesar de Saldanha (1992) não encarar a prática da mediação como uma concorrência à advocacia, as autoras referenciadas anteriormente explicam a origem deste fenómeno – da maior legitimação dos representantes judiciais – nas

“heranças culturais e políticas que caracterizam o contexto português, nomeadamente a respeito do poder vinculativo do Direito e sua relação distanciada dos públicos e dos cidadãos, tanto na prática como nos discursos, e a sua busca incessante de legitimação” (Araújo *et al*, 2011: 304).

No mesmo sentido, Santos (2005) entende que no sistema judicial português é, ainda, muito característico o grande apego à burocracia e à antiguidade o que, por sua vez, torna o sistema de avaliação do mesmo bastante ineficaz. Desta forma, o autor julga que

“A resistência à inovação, [...], é uma questão de formação e de cultura jurídica, [que] explica a escassa aplicação dos mecanismos de celeridade e de consenso existentes no ordenamento jurídico-penal português [...]”. (Santos, 2005: 85)

A solução para contornar esta resistência de que fala Santos, passa, no seu entender, pela criação de uma “nova cultura jurídica” aplicada ao recrutamento e instrução dos magistrados, pautada por uma democracia mais direccionada para o respeito dos direitos humanos e para a maior aproximação aos cidadãos, isto é, “uma formação para a cidadania” (2005: 84, 85).

Uma análise aos cursos leccionados nas instituições portuguesas de ensino superior, mais propícios à aprendizagem dos conteúdos exigidos pela MF – como os que foram referidos no ponto dedicado aos conhecimentos do mediador: Direito, Sociologia, Psicologia, Serviço Social e Educação Social –, revela uma evidente carência de matérias sobre o tema (Araújo *et al*, 2011).

No entanto, o IPMF proporciona cursos de formação presencial, de 180 horas, em Mediação Familiar e Mediação de Conflitos, promovidos pelo Ministério da Justiça, na Universidade Fernando Pessoa, que se destinam a licenciados de áreas jurídicas ou das ciências humanas e a técnicos em actividade de várias organizações e em regime liberal, cujos conteúdos versam, especificamente, sobre a resolução de conflitos nas áreas da Família, Laboral/Empresarial e Escolar<sup>7</sup>. O curso encontra-se dividido em duas partes: 40 horas dedicadas à formação geral em Resolução Alternativa de Litígios, cujos conteúdos versam sobre os conceitos/meios de resolução “Negociação”, “Mediação”, “Conciliação” e “Arbitragem”, sobre a técnica de mediação, sobre os direitos, obrigações e responsabilidade civil dos mediados, havendo espaço para a

---

<sup>7</sup> IPMF – Curso de Mediação Familiar. Disponível em: <http://www.ipmediacaofamiliar.org/FORMACAO.html> [2010, 21 Junho].

abordagem a outros tipos de mediação (escolar e empresarial); as restantes 140 horas são dedicadas à formação especializada em MF, cujos conteúdos incidem sobre o conflito, o divórcio e a forma como as crianças o encaram, sobre noções de psicopatologia, sobre aspectos éticos e deontológicos da prática, bem como a relação entre mediação e género/sexualidades, equipara-se a resolução do conflito pela MF e pela via judicial, abordam-se as questões jurídicas associadas à MF e o exercício da responsabilidade parental, especifica-se a prática deste tipo de mediação e as técnicas de que se socorre, havendo, por fim, lugar à aplicação prática de alguns destes conteúdos.

A Universidade Fernando Pessoa foi autorizada, a 23 de Janeiro de 2008, a estabelecer o funcionamento do Mestrado em Mediação e Interculturalidade, no qual uma das áreas consideradas é a Intervenção Social nas Problemáticas Contemporâneas da Família, que constitui uma unidade curricular opcional. Numa pesquisa ao sítio oficial do GRAL foram encontradas notícias acerca do incremento de cursos na área da mediação<sup>8</sup>:

- ♦ a 23 de Outubro de 2009:
  - foram reconhecidos três cursos de Especialização em Mediação Familiar, no Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP),
  - o curso de Formação em Mediação de Conflitos com Especialização em Mediação Familiar, desenvolvido pela Red Apple – Formação Contínua e Estudos Superiores (que decorreu de Novembro de 2009 a Julho de 2010 em Matosinhos),
  - o curso de Formação de Mediadores Familiares, promovido pelo Instituto Politécnico de Santarém (que decorreu de Novembro de 2009 a Novembro de 2010),
  - o curso de Formação em Mediação Familiar, promovido pelo IPMF (que decorreu em 2009/2010 no Porto);
- ♦ a 3 de Junho de 2009 foram reconhecidos dois cursos de Formação em Mediação Familiar, fixados como “Pós-Graduação Interdisciplinar em

---

<sup>8</sup> GRAL – Notícias. Disponível em:

[http://www.gral.mj.pt/pesquisa?searchword=Mediação+Familiar&btn\\_pesqu.x=0&btn\\_pesqu.y=0](http://www.gral.mj.pt/pesquisa?searchword=Mediação+Familiar&btn_pesqu.x=0&btn_pesqu.y=0) [2010, 5 Julho]

Mediação Familiar”, desenvolvidos pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (que decorreram no período de 2009/2010);

- ♦ a 19 de Fevereiro de 2010, o curso de Mediação Familiar (de 96 horas) na Associação Nacional de Resolução de Conflitos (Consulmed), em parceria com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria;
- ♦ a 11 de Abril de 2010, o "Curso de Formação em Mediação Familiar e Comercial" na Instituição Shia Imami Ismaili National Conciliation and Arbitration Board.

Ainda que umas décadas mais tarde que noutros países, verifica-se uma tentativa de desenvolvimento e expansão da prática da MF em Portugal, a partir da implementação de cursos e especializações vocacionadas para essa área, nos mais recentes anos.

Depois desta exposição teórica – feita ao longo destes sete subpontos – decorre que a problemática se centra na legitimidade e relevância social, atribuída pelos diferentes profissionais, à MF. Dado que a nível nacional esta actividade se encontra, ainda, numa posição muito marginal face à advocacia e à terapia familiar, tentar-se-á, também, perceber se terá esta nova actividade alguma possibilidade de expansão em Portugal. Dito isto, o objectivo fundamental desta investigação é conhecer a *interpretação que os diferentes profissionais constroem em torno dos princípios e dos resultados dos processos de mediação familiar, bem como as expectativas que possuem relativamente a esta actividade*.

Assumindo a questão directora apresentada, tem-se no horizonte três propostas centrais:

- i. A sociedade portuguesa caracteriza-se por uma forte tradição legalista e de privilégio e acreditação dos representantes judiciais, como tal, a integração da MF vai acarretar uma mudança de mentalidades e crenças, quer da parte dos profissionais judiciais, quer da parte dos próprios cidadãos, no sentido de credibilizar profissionais das ciências humanas no tratamento de assuntos comumente resolvidos pelo sistema judicial.

- ii. A difusão da MF em Portugal depende do modo como é considerada e entendida pelos profissionais e instâncias judiciais e governativas, no sentido da sua privatização.
- iii. O exercício da MF tende a provocar controvérsia entre os possíveis profissionais, pelo desejo de controlo exclusivo sobre esta actividade e, consequentemente, um eventual choque entre os diferentes grupos e respectivas culturas profissionais.

## **II. METODOLOGIA**

Este capítulo é destinado à indicação da técnica de investigação utilizada, assim como a selecção e forma de abordagem da população-alvo que, à partida, permitirá a recolha das informações pretendidas. São mencionadas e justificadas as dimensões de análise, cuja finalidade é responder à questão directora da investigação, para a qual foram elaboradas algumas possibilidades de resposta, que serão, assim, corroboradas e/ou rejeitadas.

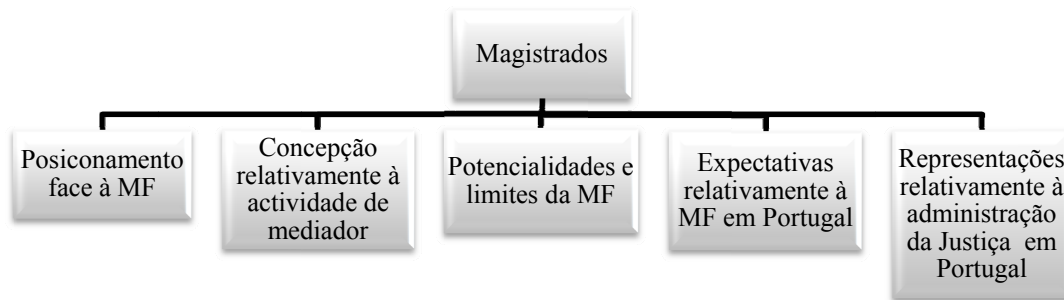
### **2.1. Exposição dos procedimentos de investigação**

Tendo em conta a questão directora da investigação, a qual exige a adopção de um método mais compreensivo, considerou-se adequado proceder à realização de entrevistas para a recolha das informações pretendidas.

Sendo a MF uma pretensa área profissional em Portugal, que implica uma multidisciplinaridade de saberes, mas, sobretudo, uma intersecção de conhecimentos de Direito e Psicologia, optou-se por realizar entrevistas a magistrados e a mediadores familiares.

Com os magistrados, o intuito foi perceber qual a postura adoptada face à MF, ou seja, se concordavam com a premissa de que a MF é uma alternativa à resolução do divórcio via Tribunal. Para além disso, pretendeu-se aferir qual a concepção relativamente à actividade de mediador, em termos de formação académica de base e de personalidade, assim como as funções que lhes atribuem. Ambicionou-se, ainda, identificar as vantagens, limites e dificuldades que conferem ao exercício da MF, independentemente de já a terem, ou não,

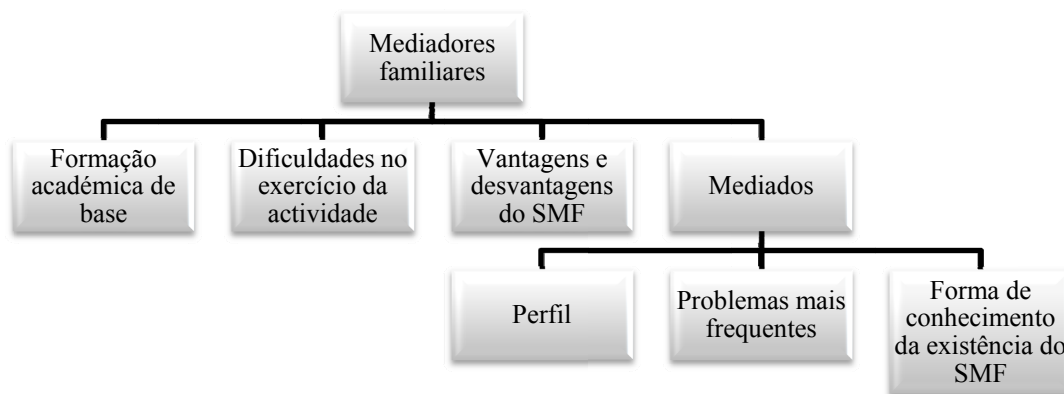
experienciado. Por fim, tentou-se compreender quais as expectativas geradas em torno desta actividade, ou seja, se antevêm a expansão e o futuro da MF em Portugal, com carácter público ou privado, tocando um pouco no tema da morosidade processual cível do país. Resumidamente, as dimensões de análise condutoras das entrevistas aos magistrados são as seguintes:



No total realizaram-se, apenas, quatro entrevistas: uma a um Procurador da Justiça e as restantes a advogados. O Procurador da Justiça foi contactado por carta, endereçada a um Tribunal da Comarca de um concelho do distrito de Braga. A selecção dos advogados teve como critério a área de residência, como tal, foi endereçado um *e-mail* a um conjunto de 294 advogados titulares do concelho de Guimarães, inscritos na Ordem dos Advogados, cujos contactos electrónicos foram conseguidos através do site oficial daquele organismo. Uma vez que na lista dos advogados seleccionados não constava a área de especialidade de cada um, foi demonstrado no *e-mail* de solicitação de entrevista a intenção de as realizar apenas com aqueles, cujas especialidades, fossem compostas pelo Direito da Família, no intuito de filtrar a selecção. Dos 294 *e-mails* enviados, 9 falharam e apenas 11 deram *feedback*, destes: 4 não eram especializados em Direito da Família, como tal, não demonstraram interesse em serem entrevistados; 4, apesar de aceitarem fazer a entrevista, não confirmaram as datas possíveis para a realização da mesma; os restantes 3 aceitaram e sucederam-se a realização das respectivas entrevistas.

Com os mediadores familiares, o propósito seria conhecer, por um lado, as suas concepções relativamente à actividade que exercem e, por outro lado, perceber qual o alcance da MF na sociedade. Por outras palavras, questionar-se-ia

sobre as suas formações académicas de base e quais as que consideram mais adequadas para os potenciais mediadores familiares, pretendia saber-se as maiores dificuldades com que se deparam no exercício da actividade mediadora e identificar as vantagens e desvantagens mais relevantes do SMF. Para conhecer o impacto que a MF tem na sociedade, tentar-se-ia aperceber qual o tipo de pessoas que procuram o SMF, em termos de perfil sócio-demográfico e sócio-económico, os problemas mais frequentes que os mediados apresentam aos mediadores familiares e a forma como os primeiros tomam conhecimento da existência e objectivo deste serviço alternativo de resolução dos conflitos conjugais. Em síntese, as dimensões de análise condutoras das entrevistas aos mediadores familiares, seriam as seguintes:



Através do *site* do IPMF, tomou-se conhecimento da existência de uma delegação de MF no distrito de Braga, sendo este o critério de selecção dos mediadores a entrevistar. Sendo o GRAL um organismo de Administração Pública, incorporado no Ministério da Justiça, que projecta e coloca em prática as políticas e o acesso às vias alternativas de resolução de litígios, em particular, a Mediação Pública, foi-lhe enviado um pedido de informação com o intuito de obter a listagem dos mediadores familiares que exercem em Braga e os respectivos contactos electrónicos, para solicitação de entrevista. A resposta foi positiva e rápida e o pedido de entrevista enviado aos 6 mediadores familiares daquela delegação, referindo a possibilidade de se realizar por telefone, dado que, como não há qualquer referência a que a delegação esteja ao serviço da comunidade em permanência ou num determinado horário, havia uma grande



probabilidade de os mediadores não se encontrarem na zona de Braga. Esta probabilidade confirmou-se: uma das mediadoras respondeu dizendo que se encontrava fora do país, no entanto foi-lhe pedido que se pronunciasse acerca dos temas expostos, na medida do possível, por *e-mail*; uma outra mediadora propôs a realização da entrevista por telefone, uma vez que não tinha nenhuma sessão de mediação agendada em Braga nos dias seguintes e se encontrava noutra zona do país. Até ao momento da entrega desta tese aos serviços do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, não se obteve resposta por *e-mail* da primeira mediadora e os contactos telefónicos à segunda mediadora não surtiram efeitos.

Uma forma de colmatar a ausência dos pareceres dos mediadores familiares, e complementar os dos magistrados, foi a consulta de testemunhos dos participantes de um Fórum intitulado “Diário de uma Divorciada”<sup>9</sup>, descoberto numa pesquisa pela *internet*. A análise cingiu-se a um tema lançado pela organizadora do fórum, em que foi pedido que os seus seguidores se pronunciassem acerca da vivência do divórcio, as dificuldades que encontraram no pós-divórcio, como viam o presente e como perspectivavam o futuro. Apesar de estes testemunhos datarem de um período anterior à regulamentação da MF – Março de 2008, quando a MF foi regulamentada em Agosto do mesmo ano – o desígnio foi observar quais os principais problemas e dificuldades identificados pelos participantes nas suas experiências de casamento/divórcio e perceber se a MF teria, ou não, feito a diferença na resolução dos mesmos, tendo em conta tudo o que já foi anteriormente dito quanto aos seu propósitos.

No intuito de conhecer a actividade do SMF, em termos de utentes, dos problemas mais apresentados e de resultados, e dada a impossibilidade de obter estas informações através dos mediadores familiares, foi consultado o Relatório sobre o Questionário da Mediação Familiar<sup>10</sup>, cujo intuito foi a análise dos inquéritos realizados aos utentes daquele sistema, relativos aos processos de

---

<sup>9</sup>Fórum “Diário de uma Divorciada”. Disponível em: <http://diariodeumadivorciada.blogs.sapo.pt/30287.html>

[2011, 2 Agosto]

<sup>10</sup>Equipa Multidisciplinar do Serviço de Mediação Familiar (2009), “Relatório sobre o Questionário da Mediação Familiar”, *Serviço de Mediação Familiar*, 30 de Julho. Disponível em: [http://www.gral.mj.pt/userfiles/relat%C3%B3rio%20dos%20inqu%C3%A9ritos%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o\\_30-07-2009.pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/relat%C3%B3rio%20dos%20inqu%C3%A9ritos%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o_30-07-2009.pdf) [2011, 27 Setembro].

mediação executados e finalizados, com ou sem acordo, desde o início do seu funcionamento, Julho de 2007, até 30 de Setembro de 2008. Segundo a equipa que redigiu o relatório em causa, a aplicação dos inquéritos permitiria uma avaliação dos mediadores familiares e do próprio sistema, possibilitando a identificação das suas fragilidades, com a finalidade de as dirimir.

A recolha dos pareceres dos entrevistados, nomeadamente dos magistrados, o recurso aos testemunhos postados no fórum e o recurso às informações facultadas pelo relatório do SMF, deve levar a uma potencial resposta à questão de partida desta investigação, atestando ou refutando, em parte ou na íntegra, as propostas apresentadas. Mais do que uma atestação ou refutação, o ideal será que nos levem a conhecer novas perspectivas e a ter no horizonte a mudança de mentalidades, nomeadamente daqueles que são reticentes relativamente à «desjudicialização» de alguns litígios de que a mediação poderá tomar conta, ou seja, daqueles ainda demasiado marcados pela tradição legalista e de Direito, que tanto caracteriza Portugal.

### **III. MEDIAÇÃO FAMILIAR: ENTRE A LEI E AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

#### **3.1. O que dizem os magistrados**

##### **3.1.1. Posicionamento face à Mediação Familiar**

Uma das problemáticas analisadas nesta investigação centra-se no posicionamento dos magistrados relativamente à MF como alternativa à resolução do divórcio via Tribunal. Se uns concordam que é a “alternativa principal” (Procurador), que “tudo quanto seja mediação [...] não deixa de ser preferível a qualquer litígio judicial” (Advogado 1) e que “[...] mediação sim senhora, tendo tudo o que seja diálogo, tudo o que seja trazer a lume e a terreiro as questões, colocá-las abertamente, discuti-las abertamente [...]”, há quem considere que “a Mediação Familiar não visa o mesmo objectivo que o divórcio” (Advogada 2), uma vez que o divórcio implica “a extinção de uma relação jurídica do Direito da

Família, [...] que é o casamento e a Mediação Familiar visa exactamente o contrário” (Advogada 2).

Na opinião do Procurador, a MF deveria ser um pressuposto normal e obrigatório aquando da entrada de uma acção de divórcio, pois julga não ser função dos Tribunais negociar os acordos que um divórcio exige. Este entrevistado justifica a resistência dos advogados à MF, e consequente arrastar dos processos de divórcio ao longo de anos, pelo facto de a advocacia ser uma “actividade comercial” e, como tal, estes apenas pretendem assegurar a sua clientela, indo de encontro ao que afirmou Mike Emerson (2009; 2011), anteriormente referido neste trabalho, relativamente à barreira levantada pelos advogados à MF.

“[...] há situações que perduram em Tribunal, os conflitos, porque os senhores advogados os alimentam, o que se compreende. A advocacia é uma actividade comercial, há muitos advogados, é difícil todos ganharem a vida com a advocacia e, portanto, cada caso que têm se puder perdurar melhor, principalmente aquele cliente que pode pagar. Ora, aparecer uma instância que tente acabar com o conflito é o mesmo que aparecer uma instância que lhe tire a clientela.” (Procurador)

O advogado 1 considera as mediações o melhor caminho para a organização e pacificação da vida social, uma vez que estas visam o acordo a partir da recolha e compreensão das razões das partes litigantes, podendo, também, actuar como uma ferramenta na prevenção do agravamento dos problemas e dos conflitos.

“Portanto, toda a sanção de qualquer contencioso, em qualquer ramo que seja, na vida real, na saúde da pessoa, se houver compreensão e se pusermos os meios, está resolvido.” (Advogado 1)

No caso da advogada 2 verifica-se alguma confusão entre MF e Terapia Familiar, uma vez que considera que a MF tem um objectivo totalmente oposto ao

do divórcio, ou seja, que actua a nível da reconciliação do casal. Também não vê qualquer utilidade na MF, visto que, segundo as suas contas,

“92% mais ou menos, são feitos por acordo, quer por acordo na Conservatória, quer os que entram como litigiosos...de todos aqueles que entram como litigiosos, só passam à fase efectivamente litigiosa 7% e de todos os divórcios que existem, creio que 90 são feitos por acordo na Conservatória.” (Advogada 2)

Para além disso acha contraditório que uma lei tão permissiva do divórcio e uma lei que possibilita e aconselha o divórcio por mútuo consentimento crie, por outro lado, um mecanismo alternativo de resolução do divórcio como a MF.

No entanto, esta advogada começa a mudar o seu posicionamento, depois de ter questionado e de lhe ser explicado, em termos latos, que a MF não questiona a vontade do casal se divorciar, apenas o auxilia na negociação dos acordos respeitantes à guarda dos filhos e a outros “acordos complementares” (Santos *et al*, 2010):

“Agora, “para te divorciarestes, se tens filhos [por exemplo] entraste com o primeiro apenso a discutir questões relacionadas com a criança [...] entraste com o primeiro significa que não estão a conseguir dialogar”, o pai e a mãe não conseguem dialogar para chegar a uma conclusão e, por isso, precisam de uma assistência, isto não é um assunto que o Tribunal consiga resolver, porque toda a gente tem consciência que tem que haver bom senso, o Tribunal não consegue, nem os advogados, ninguém.”

Desta forma, a utilidade da MF é reconhecida pela entrevistada no que respeita à questão das responsabilidades parentais, a partir do momento em que se verifique o primeiro incidente ou incumprimento. Todavia, diz estar longe de achar que a MF é um serviço essencial e que tenha de ser assegurado pelo Estado, a não ser que seja de carácter obrigatório, pois nesse caso o Estado tem o mesmo dever de o assegurar, tal como assegura a nomeação de advogados oficiosos para pessoas com carências económicas.

Por sua vez, o advogado 3 vê a MF por duas vertentes: por um lado, considera que pode ser muito proveitosa quando é sensível aos problemas das pessoas, capaz de os resolver e, até, dissipar; por outro lado, encara-a como sendo prejudicial quando não se apresenta com esta sensibilidade aos litigados e não está apta a dar resposta aos seus conflitos.

O efeito desejado da MF, segundo este advogado, apenas será alcançado quando o casal em separação está predisposto e vai, ainda, a tempo seja de salvar o casamento, seja de, pelo menos, manter uma relação amigável no pós-divórcio. E vai mais longe, para si a MF

“[...] não pode ser só encarada estritamente como a salvação do casamento daquela relação da tal sociedade conjugal, mas também do tal abrir horizontes, do tal abrir perspectivas e do tal sair [...] de cara lavada, com a elevação daquilo que até então foi a relação conjugal.” (Advogado 3)

Os relatos citados, quer a perspectiva positiva, quer a mais negativa, confluem com grande parte do que veio a ser sustentado, seja no facto de fomentar uma negociação pacífica dos acordos, seja por ter em consideração as razões e os sentimentos de ambas as partes em litígio, seja pela sua grande utilidade na decisão célere da partilha das responsabilidades parentais. No entanto, os testemunhos demonstram, simultaneamente, um conhecimento superficial da MF, nomeadamente no que diz respeito à sua aplicação, o que se deve, eventualmente, ao facto de nenhum dos entrevistados ter experienciado ou ter conhecimento de acções de divórcio resolvidas por meio da MF.

Se o SMF já previa a regulação do exercício do poder paternal, o artigo 4º do Despacho nº 18778/2007 de 22 de Agosto veio alargar o âmbito de actuação da MF à separação de pessoas e bens, ao regime de pensão de alimentos, à utilização do apelido do (ex-) cônjuge e da casa de morada da família (*Diário da República*, 2ª série, nº 161). Excepcionalmente, um entrevistado reconhece a utilidade da MF na salvaguarda e promoção da boa relação do casal no pós-divórcio, isto porque, tal como se pode verificar nos testemunhos dos entrevistados, a maioria apenas

identifica o seu proveito no que toca à atribuição das responsabilidades parentais. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2010: 37),

“A escassez de contacto dos profissionais do foro com experiências neste campo e ainda menos com os resultados da mediação familiar condicionam as suas opiniões sobre a utilidade desta via em matérias não relacionadas com as responsabilidades parentais.”

### **3.1.2. Conceção da actividade de mediador**

A concepção da actividade de mediador é outra das problemáticas analisadas nesta investigação. Com ela pretende-se aferir qual o profissional «ideal» para o exercício da MF, no que respeita à formação académica de base, às suas características pessoais e às funções do mediador familiar.

O Procurador considera que um mediador familiar deve conhecer e dominar as normas do Direito da Família e Menores e do Regime Sucessório, “quer no aspecto de regime de bens, quer no aspecto de graus de parentesco”, pois é normalmente onde se centram as maiores dúvidas do casal em litígio.

Em termos de personalidade, entende que um mediador deve possuir uma boa dose de cultura geral, pois nota “alguma pobreza intelectual, em termos culturais” que, por vezes, dificulta a comunicação. Para além disso, considera que uma mentalidade aberta, nomeadamente no que toca a aspectos da sexualidade, e uma boa lida com crianças são essenciais num mediador familiar. Ora, o entrevistado converge com a concepção de Ávila relativamente aos atributos que conduzem o mediador a uma prática eficaz, no que respeita à “capacidade de não dramatizar”, dando a devida importância às diferentes situações, à “arte de bem resumir a situação”, fazendo compreender todos os factos para que não restem dúvidas, e à “capacidade de abertura às diferenças culturais” (2004: 27). Excepcionalmente, o Procurador julga que “o bom [...] mediador familiar tem que ter filhos.”

Fazer entender ao casal em conflito que devem prezar pelo bem um do outro, para bem dos filhos, é função do mediador familiar, pois

“não se pode exigir isso, esse trabalho, esse tipo de trabalho de sapa, aos magistrados, não estão vocacionados para isso, não têm feitio para isso nem querem ter! [...] E nem é essa a função dos Tribunais!” (Procurador)

O advogado 1 considera que todas as profissões estão envolvidas no exercício da MF, no entanto, enumera a Psicologia, a Sociologia e até a Economia – para os casos em que os problemas entre o casal são deste âmbito. Todavia, diz que apenas quem conhece o ser humano em toda a sua complexidade e a forma como se integra em sociedade é capaz de dar uma solução aos conflitos, realçando, nesse sentido, o “campo vastíssimo de aplicação” da Sociologia.

Para ser um bom mediador, segundo este advogado, não basta dominar a técnica, deve possuir-se, igualmente, capacidade de captar a confiança dos outros, alguma experiência de vida, “maturidade psicológica e sensibilidade apurada”. Para além disso, e mais uma vez tal como Ávila (2004), considera fundamental que quem executa a MF esteja dotado de

“[...] tudo quanto é riqueza cultural, isto é, aquilo que compõe a mentalidade, o saber, os costumes, os princípios, quer religiosos, quer morais, familiares, os meios, o sentido económico da vida, da administração da vida [...]” (Advogado 1)

Apesar de apreciar que os advogados tenham a função de aconselhar os seus clientes e analisar se existe, ainda, a possibilidade de reverter a situação de conflito, o advogado 1 entende que não é da competência dos advogados “ser medianeiros”.

Quando questionado à advogada 2 sobre a formação académica de base do mediador familiar, esta entende ser de difícil definição, uma vez que se trata de “uma questão [...] multidisciplinar”, o que vai de encontro ao que foi referido anteriormente, aquando da teorização dos conhecimentos do mediador. Considera apenas a possibilidade do mediador ser formado numa área, referindo somente as ciências sociais e humanas, podendo especializar-se numa outra, aquilo a que denomina de “dupla sensibilidade”.

A advogada julga que o mais lógico é tender-se para a Psicologia como a formação base do mediador familiar, já que a “psicologia é que lida com a pessoa em si, na sua essência”. Todavia, e apesar de conhecer teoricamente a Psicologia, é muito reticente no que toca à sua prática e não deposita muita confiança nos resultados que esta alcança, como tal, diz que restam apenas os sociólogos para a prática da MF, asseverando, ainda assim, que esta é uma questão “interdisciplinar”.

O mediador familiar visa, entre outras funções, ajudar o casal em processo de divórcio a alcançar um consenso relativamente à guarda dos filhos, através de uma negociação. Neste sentido, a advogada 2 argumenta que “ [não querendo] puxar muito a brasa à [sua] sardinha, [...] isso é o que fazem os advogados [...]”.

Para o advogado 3 “[a] formação, [...] preparação [e] [...] selecção das pessoas que vão fazer esta mediação” requer bastante cuidado, pois devem estar vocacionadas a ouvir e a apresentar soluções para os problemas que as pessoas lhes expõem, problemas do foro íntimo, que podem ser agravados quando os profissionais não possuem estas capacidades. Neste ponto, concorre para as mesmas ideias de Ávila, que considera que o bom mediador deve possuir “capacidade de escuta activa”, recolhendo todas as informações necessárias, “capacidade de propor ideias [e] de ver as alternativas”, apresentando soluções igualitárias, ouvindo e analisando as propostas das partes, com vista ao progresso das negociações (2004: 27). Tal como a advogada 2,

“[entende] que quem está em melhores condições para fazer esta análise e esta avaliação são os psicólogos, porque têm essa sensibilidade ou pelo menos estão vocacionados para ter essa sensibilidade.” (Advogado 3)

Não obstante, e sendo este advogado divorciado com duas filhas, não exclui a hipótese de que aqueles que conseguem retirar proveito e aprender com as suas experiências de vida possam, igualmente, desempenhar a função de mediador familiar, uma vez que essa experiência lhes pode facultar a sensibilidade necessária para entender os problemas e apresentar soluções para os mesmos, pois



“[...] muitas vezes, não é preciso termos um canudo, termos uma formação específica, a vida ensina-nos também coisas que nós não aprendemos nas universidades.” (Advogado 3)

Em termos de carácter, o advogado 3 enumera a sensibilidade e a abertura à variedade de temas que podem ser expostos a um mediador, sensibilidade essa que lhe possibilite o entendimento das circunstâncias em que se encontra o casal e da causa dos seus problemas, para além de que deve ter a capacidade de transmitir os propósitos da MF e quais os resultados que com ela pode atingir, em poucas palavras, aquilo a que denomina de “sensibilidade alargada”. Para este advogado

“[...] o ideal seria que as pessoas que estão na mediação fossem pessoas completas [...], pessoas com os conhecimentos técnicos necessários para a mediação, mas que também, depois, do ponto de vista da sua formação moral e cívica, fossem bons exemplos, para que as pessoas, de alguma forma, olhassem para eles como exemplos a seguir e não como pessoas que estão ali, por e simplesmente, a desempenhar um papel [...]” (Advogado 3)

Pegando neste última ideia do advogado 3, que refere que os mediadores devem ser “bons exemplos”, também Saldanha (2007/2008) o considera, no sentido de os litigados adoptarem a mesma postura daquele que os medeia, ou seja, uma postura de escuta, de interesse e de preocupação pelo outro e pelos filhos, quando aplicável.

Para finalizar, e mais uma vez tal como a advogada 2, o advogado 3 depreende que, quer advogados, quer juízes, fazem em algum momento do decorrer dos processos de divórcio, de mediadores familiares: os advogados nos seus escritórios e “[...] até nas acções que acabam na barra dos Tribunais”; os juízes, quando convocam as partes para a primeira audiência, a chamada “tentativa de conciliação”.

De uma forma ou de outra, as opiniões dos entrevistados convergem para grande parte do que foi adiantando na teorização destes assuntos, isto é, para a multidisciplinaridade a que a MF obriga e para a sensibilidade do mediador em escutar e ser escutado e, ainda, para a sua capacidade de transmitir confiança e

imparcialidade. Nota-se, contudo, que os magistrados revelam alguma indefinição, e até hesitação, ao exprimirem-se quanto à formação académica do mediador familiar, para além de que também mencionam que a sua classe profissional já faz um pouco, se não muito, daquilo que é função de um mediador familiar.

Para lá do já referido escasso contacto ou experiência de acções de divórcio resolvidas por meio da MF, por parte dos magistrados, os testemunhos referidos agora, indiciam um pouco mais das razões pelas quais a MF é, ainda, vista com alguma negatividade, superficialidade e reticência. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2010: 41), existe

“ [...] uma percepção negativa do desempenho técnico dos próprios mediadores. Se é certo que, em parte, esta opinião é condicionada pela própria organização e funcionamento deste serviço, o relato de experiências negativas invoca a questão do recrutamento e da formação dos mediadores que o Estado disponibiliza.”

O próprio regulamento da actividade do SMF, que, entre outros aspectos, rege a actividade do mediador familiar, não especifica qual o tipo de formação de base, ou licenciatura, que este profissional deve deter – deve, somente, “ser detentor de licenciatura adequada” –, mas pressupõe a detenção de um curso de MF autenticado pelo Ministério da Justiça (artigo 8º do Despacho nº 18778/2007 de 22 de Agosto, *Diário da República*, 2ª série, nº 161).

### **3.1.3. Potencialidades e limites da Mediação Familiar**

A utilidade da MF foi também um tema abordado aquando da realização das entrevistas. Com isto, pretende-se aferir quais as potencialidades, os limites, as dificuldades da sua aplicação e, até, algumas metodologias de intervenção. Este último aspecto não foi abordado, dada a inexperiência dos magistrados inquiridos com a utilização da MF em casos de divórcio. Na generalidade dos relatos são apontadas, maioritariamente, as vantagens da aplicação da MF, apesar de identificadas em fases diferentes do processo de divórcio.

Há quem considere que a maior vantagem da aplicação da MF se encontra na fase intermédia entre a decisão do casal em divorciar-se e a procura dos advogados para darem entrada ao processo, no sentido de se esclarecer quais os trâmites que o processo vai seguir e aquilo que se espera de ambas as partes, pois

“[...] se a mediação tivesse começado por aí, eles quando vinham à presença, quando fosse, se fosse, necessário judicializar a questão, já aquela moedeira inicial tinha acontecido, já estavam...mesmo em termos de terminologia eles já estariam traquejados nisso e era muito mais fácil.” (Procurador)

Ou seja, para o Procurador, a MF ajudaria muito na elucidação de alguns conceitos e terminologias, no sentido de o casal em processo de divórcio se preparar e sentir à vontade na abordagem em Tribunal e ser conhecedor dos seus direitos e dos seus deveres. Neste seguimento, refere que a MF pode, também, funcionar como um “filtro” de valores, equiparando-a à função das Igrejas e dos movimentos religiosos. Ainda assim, vê a MF como vantajosa na regulação do poder paternal, uma vez que, para si, “no divórcio o interesse mais relevante é dos menores.”

Tal como já foi mencionado na definição e descrição dos conteúdos da MF, esta é muitas vezes confundida com a Terapia Familiar. É o que acontece quando o advogado 1 considera a MF vantajosa na fase anterior à decisão do divórcio, ou seja, equipara-a, implicitamente, àquela actividade, na intenção de prevenir conflitos maiores evitando o divórcio. Todavia, reconhece que é necessário haver mais confiança

“ [...] da parte dos casais, no sentido de se aproximarem de, digamos, de pessoas integradas nestas comissões, nestes regulamentos da mediação, no sentido de um atendimento que eles tivessem uma certa confiança, confidencialidade, de se abrirem um pouquinho [...]” (Advogado 1)

Este advogado defende, então, que a procura, por parte dos casais, de ajuda de técnicos especializados em MF na fase em que começam a surgir as primeiras quezílias, sanando-as “através da previsão, da comunicação, da abertura”, evitaria

a agressão familiar, os traumas – quer dos filhos, quer das próprias vítimas de agressão – e, por consequência, o divórcio. E frisa,

“[...] uma mediação familiar parece-me uma acção preventiva de um modo...de uma abrangência extraordinária, para mim acho de uma abrangência extraordinária desde que [...] haja estrutura e haja meios para isso.” (Advogado 1)

Há, ainda, quem apenas identifique as potencialidades da MF no pós-divórcio. Uma vez que encara o divórcio como “uma coisa bastante rápida, [...] dos processos mais rápidos que há, se for para o acordo”. A advogada 2 considera que a MF poderia ajudar o ex-casal a interiorizar, a aceitar e a adaptar-se ao acordo realizado, pois o conflito que, por vezes, não se verifica no pré-divórcio, acontece no pós-divórcio a par do primeiro incumprimento de uma das partes, nomeadamente, no que toca ao acordo quanto às responsabilidades parentais.

“Eu isso acredito que sim, após o divórcio e mais na vertente, não propriamente do divórcio, mas na questão da gestão dos filhos [no sentido de dar uma] injeção de bom senso que não sei se a mediação familiar dá, mas se calhar pode dar, pode estar direccionada para isso!”. (Advogada 2)

Esta advogada é da opinião que os Tribunais são uma força coerciva que aplica a Lei e, como tal, não estão habilitados a lidar com pessoas que vão continuamente a Tribunal discutir os incumprimentos dos acordos executados, “[não] foram feitos para [...] andar a tratar da paz de espírito das pessoas”, sendo, então, aqui o momento ideal de aplicação da MF.

No artigo 1774º do Código Civil é regulamentada a obrigação da Conservatória ou do Tribunal transmitirem, ao casal que se lhes apresente, a existência e possibilidade de recurso à MF. Neste sentido, o advogado 3 identifica o potencial desta actividade no esclarecimento de alguns assuntos e dúvidas, que possam não estar, ainda, devidamente satisfeitos nesta fase. Concorde com a aplicação da mediação “em tudo na vida”, mas no que respeita ao divórcio

“[...] em particular porque mexe com as pessoas, é uma daquelas matérias que mexe com sentimentos e, portanto, os sentimentos,

muitas vezes, não têm que estar assentes em padrões de razão, os sentimentos é exactamente isso, não precisamos de explicar, é uma coisa que é sentida e, portanto, até a sensibilidade aqui tem que ser uma sensibilidade muito mais apurada, muito mais aguçada.”  
(Advogado 3)

Para este advogado, o êxito e o sentido da mediação – que, por sua vez, justificarão a sua existência – são verificáveis a partir do momento em que o casal que aderiu à MF puder conceber um futuro até então desconhecido e inimaginável, por outras palavras, “[...] a mediação será tanto mais útil quanto mais vantagens o casal que se apresenta à mediação daí retirar.”

Como se pode verificar, independentemente da altura em que a MF seja aplicada – antes, quando a separação já está muito perto da inevitabilidade; durante, quando o processo já tiver sido encaminhado para Tribunal; ou depois, quando é necessário acertar alguns acordos (Saldanha, 2007/2008) – são-lhe reconhecidas vantagens por parte de todos os entrevistados. A questão que agora se impõe é o facto de a MF – apesar de, pelo menos em teoria, ser uma óptima via de resolução de conflitos – ser de difícil acesso à maioria dos cidadãos, o que se justifica pela inexistência,

“por parte do Estado, [de] um serviço de mediação devidamente organizado, eficaz e de fácil acesso aos seus potenciais utilizadores, o que, só por si, desencoraja a sua mobilização. [...]. Daí que, ao mesmo tempo, que a mediação é teoricamente considerada como uma via de grande potencial de resolução de conflitos, a sua estrutura e funcionamento leva a que seja considerada, pela maioria dos operadores, como uma via sem eficácia, de “perda de tempo”.”  
(Santos, 2010: 39).

É, no entanto, apontado um senão à MF pela advogada 2: o custo da consulta.

“[...] eu já ouvi dizer que cada consulta custa 50€, em Braga, não sei se é verdade, são aquelas coisas [...] os boatos jurídicos...ora, quer dizer, obrigar uma pessoa a divorciar-se, passando pela

mediação, quando um divórcio já tem um custo muito elevado... Se for na Conservatória nem tanto, é 250€, mais as certidões e o imposto de selo, etc., se for fora dos advogados. Se for no Tribunal é mais, só a taxa de Justiça são para aí 100 contos ou cento e qualquer coisa, o que é caro! E depois ainda tem que ir à Mediação Familiar, pagar a gasolina para ir a Braga...”. (Advogada 2)

A advogada coloca a situação nestes termos na hipótese de a MF ser obrigatória e um serviço prestado a nível privado. Não obstante, julga que, se algum dia a MF se tornar um requisito obrigatório, nunca poderá actuar a nível privado, pois o Estado terá a mesma obrigação de afiançar o seu préstimo, tal como “paga um advogado às pessoas que não podem [...]”.

No artigo 6º, do Despacho nº 18778/2007, publicado a 22 de Agosto, no Diário da República, lê-se que o valor de 50€ corresponde, somente, ao montante pago, por cada uma das partes em conflito, ao SMF

“no acto de assinatura do termo de consentimento [...], salvo nos casos em que seja concedido apoio judiciário ou quando o processo seja remetido para mediação mediante decisão da autoridade judiciária, ao abrigo do disposto no artigo 147º-D da organização tutelar de menores.” (pp: 24052)

No mesmo despacho, no artigo 10º, é determinado o valor que o mediador familiar poderá receber por cada processo de MF – e não por cada consulta – que varia consoante o resultado alcançado:

- “ a) € 120, quando o processo for concluído por acordo das partes alcançado através da mediação;
- b) € 100, quando as partes não chegarem a acordo na mediação;
- c) € 25, quando, apesar das diligências comprovadamente efectuadas pelo mediador familiar, não se obtenha consentimento, se verifique que não existem condições para a realização da mediação familiar ou venha a verificar-se algum tipo de impedimento por parte do mediador familiar.” (pp: 24052)

O advogado 3 aponta, também, um limite à MF que, não sendo intrínseco à própria MF, faz depender de si o sucesso ou o fracasso da mesma: a má formação dos seus profissionais. Isto é, quando um casal expõe os aspectos mais íntimos das suas vidas a alguém que, a princípio, tem a sensibilidade necessária para os entender e a função de, em conjunto com ele, encontrar respostas para os seus problemas e não é isso que sucede, a MF pode ter um efeito nefasto.

“[...] as desvantagens da mediação poderá passar por pessoas mal formadas e quando digo pessoas mal formadas, digo, não só, formadas tecnicamente, mas mal formadas moralmente.”  
(Advogado 3)

No entanto, menciona que o possível efeito nefasto da MF pode ter origem nos cônjuges que se apresentam ao mediador, no caso de não lhe facultarem todos os elementos e informações indispensáveis à compreensão da realidade daquele casal. No entender do advogado 3 é dever

“[...] quer [d]os mediadores por um lado, quer [d]os casais por outro, [estarem] ali completamente libertos de qualquer tipo de pressão, qualquer tipo de preconceito e têm que pôr as coisas em cima da mesa para que a mediação possa cumprir o seu papel.”

#### **3.1.4. Expectativas quanto à Mediação Familiar em Portugal**

Os magistrados tiveram, ainda, oportunidade de se pronunciarem sobre o futuro da MF em Portugal, outra das problemáticas em análise nesta investigação. O objectivo é perceber se a MF tem mais condições para actuar a nível público ou a nível privado e o grau de aceitabilidade dos diferentes representantes jurídicos, do próprio sistema de Justiça e dos cidadãos portugueses. Sobre estes assuntos, os entrevistados manifestaram-se de forma mais implícita nuns, mais explícita noutros, ou simplesmente não se manifestaram.

O Procurador defende que a MF deveria ser “pública e obrigatória”, sobretudo para casais em processo de divórcio com filhos, que deveriam chegar à Conservatória ou ao Tribunal com um acordo das responsabilidades parentais já

definido. Aceita, ainda assim, que a MF exista a nível privado, desde que seja uma via legítima e auxilie, de facto, na resolução dos problemas.

Considera que, para já, com a actual conjuntura económica, se manterá na condição privada, mas tem esperança que o facto de Portugal estar inserido na comunidade europeia faça com que, no futuro, se torne num requisito obrigatório e público, uma vez que já está grandemente difundida neste espaço e que “em termos legislativos há tendência para ampliar”.

“Daí que eu valorizo e acho importantíssimo haver, institucionalizada, pelo menos em cada círculo, a mediação familiar.” (Procurador)

“Eu tenho muitas expectativas no bom funcionamento disso e que este país vire um país avançado e civilizado, com o papel da mediação.” (Procurador)

Por sua vez, o advogado 1 defende que é na má gestão e aplicação dos «dinheiros» nacionais que se encontra a causa de estruturas como a MF e outras actividades, que actuam no terreno e em proximidade com as pessoas, serem pouco, ou nada, desenvolvidas. E acrescenta que se trata de “uma questão de justiça distributiva, justiça correcta”, sustentando que este sistema não pode continuar a ser alimentado, ou seja,

“[...] os nossos organismos, as nossas instituições têm de acordar de uma vez por todas, que não é ganhar dinheiro e passear. E que trabalhar e governar as situações passa por criação de mediações e instituições daquilo e daqueloutro, pessoas no terreno, em cada sítio e este é o campo humano, vasto!” (Advogado 1)

“[...] as sociedades têm que se tornar muito exigentes face a quem tem o dito poder e fazer tanta asneira e corrigi-los e há coisas boas também que se fazem, também há coisas boas que se fazem, esta era uma que devia ser feita!” (Advogado 1)

Este advogado invoca, tal como Boaventura de Sousa Santos, a questão de a MF em Portugal ser, actualmente, um procedimento legal que ainda não passou



da teoria à prática, dadas as escassas experiências registadas de aplicação da mesma, isto é, não passa de uma “inovação meramente formal” (2010: 34):

“E as mediações [...], fica sempre na teoria, não falta livros de doutrinação a dizer o que é bom, mas não se está a cumprir, não se está a cumprir!” (Advogado 1)

Se a MF actua a nível público ou a nível privado, é um aspecto secundário e indiferente ao advogado 3. Para este, a MF é uma actividade bem aceite entre a comunidade de advogados, pois é mais um trâmite que pode ser consultado antes de as pessoas tomarem uma decisão tão importante para as suas vidas, como é o divórcio.

No que respeita às expectativas criadas em torno da MF em Portugal, e especificamente no grau de aceitabilidade da sociedade portuguesa, o advogado 3 defende que dependerá da forma como for divulgada, pois terá que ser transmitido no que ela consiste, no que pode resultar, que é feita por mediadores e qual o papel destes profissionais.

“Portanto, isto vai passar um pouco pela forma como quem vai ter a responsabilidade de revelar a mediação em Portugal, a fizer chegar à sociedade civil, a partir daí estará o êxito ou o fracasso da MF.” (Advogado 3)

Como se pode entender pelos testemunhos, a MF ainda não é uma realidade no nosso país. Já está consagrada na lei, tem a sua actividade regulamentada, no entanto, continua a ser vista como algo a desenvolver e estruturar no futuro. Na opinião de Santos (2010: 39), “as inovações, para que se imponham, devem dispor de condições que correspondam às expectativas positivas criadas quanto a elas”, pois se assim não for, rapidamente caem na descredibilização e no esquecimento.

### **3.1.5. A administração da Justiça em Portugal**

De acordo com informação estatística recolhida no PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, para o ano de 2008, um processo de divórcio

demorava em média 14 meses a findar. Este dado foi transmitido aos magistrados, aquando da realização das entrevistas – o último ano de que havia registo no momento da realização das mesmas – no sentido de se manifestarem sobre a morosidade de resolução dos processos cíveis, em específico o divórcio, aquele mais directamente relacionado com o tema tratado nesta investigação.

Segundo o Procurador, os processos abertos por incidentes de incumprimento relativos às responsabilidades parentais arrastam-se por anos a fio nos Tribunais, pois estando já o resultado do processo de divórcio decidido, “[...] o processo de menores a bem dizer não tem fim”. Este entrevistado, numa consideração sobre a pendência dos processos de divórcio em Tribunal, chega à conclusão que, mesmo com a possibilidade de o resolver na Conservatória,

“[...] não diminuiu o número que processo aqui em Tribunal, isso indica alguma coisa, indica o quê? Que o conflito continua, indica que é necessário a mediação.” (Procurador)

A advogada 2 considera que, quando o divórcio culmina num acordo, é um processo que finda rapidamente, ou seja, “[...] em termos de Tribunal é tipo seis [meses]”. No entanto, quando não há acordo – situação que se verifica sobretudo na atribuição das responsabilidades parentais – há uma disjunção de processos: um que respeita ao divórcio em si e outro relativo ao acordo em discussão, sendo esta a situação que faz estender os processos de divórcio no tempo, pois o divórcio só é considerado findo quando todos os outros acordos são atingidos. A entrevistada explica:

“[...] é logo extraída uma parte do processo, que é a parte das crianças e criam-se dois processos, chama-se apenso, um colado ao outro, um em que tem que haver um julgamento para o divórcio [...] e outro para as crianças, quando o único litígio...ou seja, há um desdobramento de litígios, quando o único litígio que há, de facto, é a parte das crianças, mas a lei não prevê que a pessoa se possa divorciar e depois discutir as crianças, pronto!” (Advogada 2)

O novo regime jurídico do divórcio – a Nova Lei do Divórcio – foi firmado pela Lei nº 61/2008, de 31 de Outubro. Não tendo trazido alterações

significativas ao divórcio por mútuo consentimento, foi sobre o divórcio litigioso que mais incidiu a reforma: alteração do termo para «divórcio sem consentimento de um dos cônjuges», isto é, apenas é necessária a intenção de um dos cônjuges; a exclusão da culpa como motivo do divórcio, bem como a violação dos deveres conjugais; a redução do prazo de concessão do divórcio, mesmo sem a aprovação de um dos cônjuges.

Apesar da possibilidade de recurso ao divórcio por mútuo consentimento, que, pelo menos teoricamente, seria mais célere, para este a lei não prevê a decretação do divórcio se não houver acordo quanto a algum dos “acordos complementares” (Santos *et al*, 2010) previstos no artigo 1775º, nº 1 do Código Civil. Daí os próprios magistrados

“ [...] desincentivarem as partes a procederem à conversão do divórcio sem consentimento em divórcio por mútuo consentimento [...]. É que se não houver essa conversão e se for produzida prova quanto ao divórcio sem consentimento, por exemplo, de os cônjuges estarem separados de facto há mais de um ano, o divórcio é, de imediato, decretado.”

Tendo em conta que a Nova Lei do Divórcio apenas entrou em vigor em Outubro de 2008, pode estar já a surtir algum efeito sobre a morosidade dos processos de divórcio em Tribunal, uma vez que nova pesquisa ao PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo revelou que, para o ano de 2009, a duração média de um processo desta natureza era de 11 meses, sendo que para 2008 era de 14 meses, como foi mencionado anteriormente.

### **3.2. O que dizem os divorciados**

#### **3.2.1. Co-parentalidade**

Era nosso propósito analisar algumas dimensões relevantes relativamente a pessoas divorciadas. Contudo, essa intenção foi deveras difícil, pois não conseguimos, no tempo disponível, identificação e descrição das mesmas, que seriam, eventualmente, conseguidas nas entrevistas aos mediadores familiares.

Apesar de não substituírem os pareceres destes últimos, foram, então, consultados os testemunhos dos participantes do fórum “Diário de uma Divorciada”, como forma de compensar esta ausência e de complementar os relatos dos magistrados. Os testemunhos em questão datam de Março de 2008, ou seja, são anteriores à regulamentação da MF, todavia, com eles, intenta-se perceber se a MF teria, ou não, sido útil consoante as informações que são reveladas pelos participantes do fórum, tendo em conta tudo o que já foi anteriormente dito quanto aos propósitos desta actividade.

A análise cingiu-se ao tema “Há vida depois do “fim do mundo” (e não é nada má!)...”, lançado pela organizadora do fórum, no sentido de atrair comentários sobre as experiências de casamento/divórcio dos seus seguidores (não necessariamente divorciados). Foram especificados itens como as causas do divórcio, as dificuldades do pós-divórcio, o presente e o futuro, para que os participantes pudessem orientar os seus contributos.

Numa leitura a todos os testemunhos postados ao longo do mês dedicado àquele tema, para além de casamentos que acabaram por falta de interesses comuns, pela ausência de comunicação, por saturação ou, até mesmo, por infidelidade, verifica-se um aspecto/preocupação comum: os filhos e respectiva guarda parental. Registam-se relatos de ausência de contacto com os filhos, como a principal dificuldade no pós-divórcio:

“[...] falta de contacto com a minha filha.”

Observa-se a ausência de um dos progenitores, ou seja, daquele ao qual não foi atribuída a custódia:

“[...] e depois tem os problemas monetários, como as filhas são maiores...o pai esqueceu que elas vivem comigo...enfim.”

“Tenho que enfrentar muitos problemas sozinha com a educação dos meus filhos, ter um filho adolescente não é fácil [...].”

“Sou filha de pais divorciados, e de um pai que se divorciou também das filhas.”

Uma participante relata até que abdicou de todos os bens, em prol da custódia da filha:

“Ao contrário das indicações que deu num post recente abri mão de tudo o que fosse material... troquei-o pela custódia da minha filha e não me arrependo! Mas isso implicou a perda da minha independência, o ficar eu e a minha filha sem casa, o retornar a casa dos meus pais por necessidade (e, claro, também facilidade).”

E, ainda, casamentos e relações infelizes que se mantiveram (e, eventualmente, ainda se mantêm), porque os participantes não estavam dispostos a dividir ou abdicar de momentos com os filhos – aquilo que apontam como o maior motivo de felicidade das suas vidas:

“Na altura achava que era aquele o meu destino, era o caminho que eu tinha escolhido e também por causa do meu filho, deixava-me estar meio morta e sem amor-próprio [...]”

“Tenho 38 anos, sou casado quase há 14 anos mais 5 de namoro. Diria que o meu casamento já teve dias bem melhores, nesta altura o amor que o mantém é o amor que eu sinto pelo meu filho e do qual não pretendo abdicar, ele precisa de mim e eu preciso dele.”

“À pergunta “afinal, porquê continuar casado?”, eu próprio não sei responder, já que o meu casamento nada significa (vivo com uma pessoa que vejo de vez em quando), mas apesar de tudo tem algo de muito belo: chegar a casa depois de um dia de trabalho e ser derrubado pelos meus "piruças" numa verdadeira batalha campal no hall de entrada, ter o prazer de lhes dar o jantar, etc. Será que há algo mais belo que isso? Para mim não. É onde se vai buscar a força e motivação desta vida.”

A manutenção dessas relações mal sucedidas é, também, fundamentada pelo descrédito que as pessoas sentem em relação à justiça portuguesa no que toca

à atribuição da guarda parental ao pai, uma vez que a sociedade está habituada a vê-la ser atribuída, massivamente, à mãe:

“Pouca gente acredita que o Amor de um homem pelos seus filhos possa ser igual ou superior ao da Mãe.”

“No entanto, e puxando uma conversa que já se teve neste *blog*, se este pai se divorciar, será a mãe quem vai ficar com os filhos (a lei “oferece-os” preferencialmente a ela, mesmo que muitas vezes seja incapaz de cuidar deles) e o pai deixa de poder dar o jantar aos filhos, de os poder abraçar todos os dias quando chega a casa.”

Verifica-se nos excertos citados acima que os divorciados que possuem a custódia dos filhos se acomodam ao facto de o seu ex-cônjuge ser ausente e não contribuir financeiramente para a criação dos filhos, como se fosse um mal necessário resultante de um divórcio. Mais, observa-se que há maus casamentos que se mantêm pela recusa de abdicação ou separação dos filhos. Estes testemunhos vêm corroborar o desconhecimento dos princípios e objectivos da MF por parte da sociedade em geral e, principalmente, por parte dos divorciados, ou potenciais divorciados. A maioria das pessoas continua a desconhecer, ou não lhes é transmitida, a possibilidade da guarda conjunta, ou co-parentalidade (Saldanha, 2007/2008), e continua a não entender que a separação com o seu cônjuge não significa que tenha, igualmente, que se separar dos seus filhos, muito menos significa que se possa demitir das suas responsabilidades parentais.

Se é verdade que a obrigatoriedade de informação pelo advogado aos seus clientes da existência da MF só é obrigatória desde Agosto de 2008, e os testemunhos acima citados são anteriores a essa data, é também verdade que a MF em Portugal já existe há cerca de duas décadas, pois como foi referido no início desta investigação, o IPMF já existe desde 1990 e a guarda conjunta está regulamentada desde 1995.

Nos testemunhos dos magistrados pôde entender-se que se há processos que se alongam no tempo nos Tribunais, esses processos são os que respeitam às responsabilidades parentais, seja por falta de acordo, seja por incumprimento. Ora,

e tal como assumem os próprios magistrados, em ambos os aspectos a MF poderia ter uma intervenção bem sucedida, já que ela pode ser feita depois do divórcio decretado, e se há desacordo ou incumprimento, é porque uma das partes não ficou satisfeita com as decisões tomadas pelo Tribunal, ou seja, não foram tidos em conta os interesses de ambas as partes. Assim, promover a participação e o envolvimento das partes litigadas na tomada dessas decisões – objectivo da MF – vai responsabilizar o ex-casal por essas mesmas decisões e, presumidamente, evitar descontentamentos e incumprimentos.

Os advogados têm neste ponto um papel extremamente importante, pois ao verificarem que as partes não se conseguem entender quanto aos acordos e são, permanentemente, criados novos processos – ou apensos – em Tribunal respeitantes a esses incidentes, mais do que obrigação profissional, é obrigação moral do advogado «impingir» a MF, pois, se até lá o Tribunal não conseguiu que o ex-casal entrasse em acordo, têm que ser aceites e aconselhadas as vias alternativas de resolução do litígio – exceptuando nos casos em que há uma guerra aberta, que pode colocar em perigo uma das partes e, até mesmo, os filhos – já que não é esta instância, tão pouco os advogados, que vão fazer o ex-casal entender-se, como referiu a advogada 2 quanto à sua postura face à MF:

“[...] o pai e a mãe não conseguem dialogar para chegar a uma conclusão e, por isso, precisam de uma assistência, isto não é um assunto que o Tribunal consiga resolver, porque toda a gente tem consciência que tem que haver bom senso, o Tribunal não consegue, nem os advogados, ninguém.”

### **3.2.2. A actuação do Serviço de Mediação Familiar**

O Relatório sobre o Questionário da Mediação Familiar, aplicado aos utentes do SMF, redigido pela sua equipa multidisciplinar, incidiu sobre a apreciação de variáveis como: a qualidade dos contactos iniciais; o número, durabilidade e opinião das sessões de mediação realizadas; os assuntos que resultaram em acordo ou o motivo pelo qual não chegaram a acordo; a avaliação

do profissional que conduziu as sessões e do próprio processo; a utilidade da MF; e a recomendação, ou não, por parte dos mediados, da utilização deste sistema.

O questionamento destes assuntos aos utentes do SMF prendeu-se à necessidade de compreender como estes percebem a própria actividade mediadora e como avaliam os seus profissionais, detectar as fragilidades do sistema no sentido de as corrigir e perspectivar o futuro da MF. Estas informações são de toda a importância para esta investigação, dada a impossibilidade de realização de entrevistas aos mediadores familiares, por razões de força maior, e porque permitem ter uma visão do outro lado, que não dos profissionais, sejam advogados ou mediadores.

Deduz-se que o número de inquéritos enviados (196) corresponde à totalidade dos utentes do SMF, o que é uma quantidade bastante reduzida face aos processos de divórcio que todos os anos são iniciados – entre 25000 a 26000 (cf. Gráfico 2), para o período 2007-2008, que corresponde ao período analisado no relatório em questão. Dos inquéritos remetidos pelo SMF aos seus utentes, somente cerca de 22% foram preenchidos, o que equivale a 43 respostas, de entre as quais 22 femininas e 21 masculinas. No entanto, esta amostra pode ser representativa das percepções e opiniões dos utilizadores do SMF, relativamente à actividade que desenvolve.

Sempre numa escala de 0 a 10, a maioria dos utentes avaliou como positivos os contactos telefónicos iniciais. Mais de metade participaram entre 1 a 3 sessões de mediação, sendo que, dessas, a larga maioria culminou em acordo; o processo de mediação não durou mais do que dois meses para 33 dos utentes e para 30, dos 38 que responderam, este durou o tempo necessário. Na opinião da equipa do SMF

“Este indicador permite-nos concluir que a escolhas dos mediadores e das partes em relação ao número de sessões e à sua extensão no tempo têm sido adequadas.” (2009: 8)

Nos casos em que o acordo foi alcançado pela mediação, são enumerados em proporções análogas os ajustes necessários ao requerimento do divórcio por mútuo consentimento junto da Conservatória do Registo Civil, e que constam no



artigo 1775º da Lei nº 61/2008: responsabilidades parentais, prestação de alimentos, casa de morada de família e, ainda, o convívio e acompanhamento de todas as actividades dos filhos pelos pais. Nos casos em que não foi atingido o acordo pelas partes, a interrupção do processo de mediação deveu-se, precisamente e sobretudo, pela ausência de acordo, mas também pela falta de cooperação de uma das partes e pelo desrespeito das normas estipuladas.

Relativamente à prestação do serviço do mediador, 35 dos utentes avaliam-no de forma positiva, ou seja, atribuem-lhe uma pontuação acima de 5, numa escala de 0 a 10, sendo que destes, 12 atribuem-lhe a nota máxima. Ainda dentro da mesma escala de avaliação, a grande maioria dos inquiridos avalia positivamente o processo de mediação no geral, referindo um sentimento de comodidade e bem-estar ao longo do mesmo.

Não se registando diferenças de proporção significativas no que toca às respostas que os mediados proporcionaram sobre a utilidade da MF, a mais seleccionada foi a melhoria da comunicação entre as partes. Ainda assim, a melhoria de cooperação entre os litigados e a subtracção do pleito, foram também apontadas. Para lá da opção “outros”, não se sabe, no entanto, se foram dadas mais opções de resposta, dado que era uma pergunta de escolha múltipla, pois poderia haver quem não lhe reconhecesse utilidade.

Finalmente, quando questionado aos utilizadores do SMF se indicariam esta via alternativa de resolução de litígios a outras pessoas, apenas 1 não respondeu e, das 42 respostas obtidas, 75% afirmou que o faria “certamente”.

Como foi dito inicialmente, o número de processos de MF (196) é bastante reduzido face aos milhares de processos de divórcio que todos os anos têm início no nosso sistema judicial. Mais uma vez, se é certo que estes inquéritos de satisfação da MF foram aplicados a uma população-alvo que aderiu a este meio antes da obrigatoriedade de transmissão da sua existência por parte dos advogados, é igualmente certo que a MF já existe há bastante tempo e continua ser do conhecimento de um reduzidíssimo número de pessoas.

É evidente que a MF tem grande utilidade nos divórcios que entram como litigiosos, mas é ainda mais óbvio que é de grande proveito nos divórcios por mútuo consentimento, já que para o requerimento deste na Conservatória é

necessário que as partes cheguem com todos os “acordos complementares” (Santos *et al*, 2010) realizados. Como se viu, os inquiridos identificaram a utilidade da MF na celebração dos acordos exigidos por este tipo de divórcio, podendo concluir-se daqui que, se a MF já estivesse devidamente divulgada e estruturada em Portugal, o casal nem teria de procurar a assistência dos advogados, ou seja, uma boa parte dos processos de divórcio poderiam passar completamente ao lado do sistema judicial, aliviando-o.

Assim, por todas as informações recolhidas – magistrados, participantes do fórum e relatório do inquérito aplicado aos utentes do SMF – corrobora-se a necessidade e urgência de difusão da existência da MF à sociedade, em que terão um papel fundamental os próprios *media*, o Estado em conjunto com as organizações que a asseguram, mas ainda mais indispensável o papel dos magistrados ou representantes judiciais, uma vez que são quem contacta num primeiro momento com os casais em ruptura e porque continuam a ter grande credibilidade junto dos cidadãos, nesta sociedade marcada por

“heranças culturais e políticas [...], nomeadamente a respeito do poder vinculativo do direito e sua relação distanciada dos públicos e dos cidadãos, tanto na prática como nos discursos, e a sua busca incessante de legitimação” (Araújo *et al*, 2011: 304).

## CONCLUSÃO

Foi referido na fase inicial deste trabalho que nas últimas décadas, especificamente em Portugal, se tem assistido a uma alteração das dinâmicas do casamento, do divórcio e, por conseguinte, da família, pela crescente autonomização financeira e social do sexo feminino e por uma renovação de valores, que permitiu a redução do estigma depositado sobre os divorciados (Amaro, 2006). Assiste-se, então, a uma quebra no número de casamentos celebrados, ao aumento do número de divórcios e, como tal, à emergência de novos tipos de famílias.

Os cidadãos sempre recorreram aos Tribunais, no intuito de defenderem os seus direitos individuais, partindo do pressuposto da justiça e neutralidade desta instância que, no entanto, começa a revelar-se desajustada ao progresso da sociedade. A MF surge, assim, como forma de acompanhar estas mudanças e pela exigência de um serviço mais satisfatório, eficaz a nível prático e a prazo, por parte daqueles que se encontram em processo de divórcio, necessidade associada à insatisfação ocasionada por um sistema jurídico caracterizado pelo seu distanciamento face aos cidadãos e por resultados tardios que, raramente, satisfazem as partes em litígio (Saldanha, 2007/2008).

Percebeu-se que, apesar de já bastante disseminada e organizada nos países Ocidentais, em Portugal a MF ainda não conseguiu o devido impacto, quer junto do sistema judicial, quer junto da sociedade. Isto porque a justiça portuguesa permanece com problemas de estrutura e funcionalidade, assentes na “ineficiência, morosidade, inacessibilidade e desperdício” (Santos, 2005: 91).

Tendo em conta as proposições avançadas no início desta investigação, é agora possível analisar a que ponto se verificam ou refutam, seja em parte ou na íntegra.

Apesar de na sua maioria adoptarem uma postura de aceitação da MF, os magistrados entrevistados entendem que, no decorrer da sua actividade, fazem muito daquilo que é função de um mediador familiar, para além de que, tal como referiu Emerson (2009), estes julgam ser os únicos capazes de resolver assuntos do foro jurídico. Por sua vez, os profissionais das ciências sociais e humanas -

Sociologia, Psicologia, Serviço Social, Educação Social (Araújo *et al*, 2011) – consideram que, sendo o advogado instruído para a prática do “método do adversário” (Saldanha 2007/2008), a sua conduta não é coerente nem consistente com a prática conciliatória e comunicativa da MF (Emerson, 2009). Verifica-se, então, que o exercício da MF tende a provocar controvérsia entre os possíveis profissionais, pelo desejo de controlo exclusivo sobre esta actividade e, consequentemente, um eventual choque entre os diferentes grupos e respectivas culturas profissionais. Ainda assim, é de realçar que todos os entrevistados identificaram bastantes vantagens na aplicação da MF, o que pode ser um bom indício daquilo que já avançou Emerson (2011) relativamente ao atenuamento da barreira entre advogados e mediadores familiares. Embora referissem a obrigatoriedade de transmissão da existência da MF antes do avanço do processo de divórcio propriamente dito, há que reflectir sobre o facto de nunca nenhum dos magistrados a ter experienciado ou dito que algum dos seus clientes foi encaminhado para a MF depois dessa comunicação.

Esta ausência de experiência ou contacto com a MF, por parte dos magistrados, está ligada à resistência à inovação que Santos explicou como sendo “uma questão de formação e cultura jurídica” (2005: 85). Dado que os cidadãos procuram, num primeiro momento, profissionais judiciais para resolverem os seus conflitos, esta resistência é-lhes, implicitamente, transmitida – seja porque lhes transmitem as inovações resultantes das reformas do sistema jurídico de forma muito ligeira e pouco convincente, seja porque nem as transmitem – e, como tal, a integração da Mediação Familiar vai implicar uma mudança de mentalidades e crenças, quer por parte dos profissionais judiciais, quer por parte dos próprios cidadãos, no sentido de credibilizar os profissionais das ciências humanas no tratamento de assuntos comumente resolvidos no recurso à Justiça.

Esta resistência dos magistrados às vias alternativas de resolução dos litígios, pode também comprovar-se com o Relatório do Questionário da Mediação Familiar, redigido pela equipa multidisciplinar do SMF, no qual se verificou o brando impacto e divulgação daquele serviço pelo número de utentes a quem foram enviados os inquéritos em comparação com os milhares de acções de

divórcio que todos os anos dão entrada no sistema judicial português – 196 utentes do SMF para cerca de 25000 acções de divórcio.

Ora, por tudo isto, se entende que, de facto, o futuro da MF em Portugal está bastante dependente dos profissionais e das instâncias judiciais e governativas. Se é verdade que o papel das instituições e dos profissionais ligados à MF é muito importante na sua divulgação à sociedade, é ainda mais capital que estes exerçam pressão sobre as entidades competentes, se querem vingar o seu projecto e caminhar no sentido da sua autonomização.

Falando agora em termos dos propósitos da MF, é um facto que os entrevistados convergem com muito do que foi adiantado na teorização deste tema: nas potencialidades que lhe identificam e nas diferentes alturas em que há condições reunidas para a sua aplicação; nas funções e características dos mediadores familiares; e no alívio da justiça no que respeita aos processos relativos às responsabilidades parentais, que são aqueles que mais se arrastam nos Tribunais. No entanto, os seus relatos mostram que não têm, nem nunca tiveram, uma concreta proximidade com a MF e seus resultados práticos, o que leva a corroborar o que Araújo [*et al*] adiantou quanto a esta actividade em Portugal:

“sonega-se enquanto mero acto de aplicação da lei (nomeadamente a que respeita à regulação das responsabilidades parentais) ou de voluntarismo” (2011: 304).

A pretendida realização de entrevistas aos mediadores familiares teria sido de grande importância e interesse para esta investigação, pois, com certeza, teria proporcionado uma visão daqueles que materializam a actividade mediadora, ou seja, permitiria um olhar «por dentro» da MF. Teria, também, ou pelo menos pretendia-se, com os seus testemunhos, conceber uma espécie de perfil dos utilizadores do SMF, percebendo como chegaram até ele, no intuito de avaliar o seu impacto junto da sociedade, isto é, se a transmissão por parte dos advogados está, realmente, a ser feita e, ainda, se os próprios organismos que facultam os serviços de resolução alternativa de litígios, como o IPMF e o GRAL, estão a avançar com as diligências apropriadas para chegarem ao conhecimento dos cidadãos. Quiçá, estas intenções não poderão ser levadas a cabo numa futura investigação.

Em jeito de conclusão, percebeu-se, quer pela fundamentação teórica, quer pelos relatos recolhidos no fórum virtual, quer, em parte, pelos discursos dos magistrados, que persiste o distanciamento percepcionado pelos cidadãos relativamente à Justiça portuguesa, por sua vez, marcada por temporalidades lentas, pelo que faz cada vez mais sentido falar em vias alternativas de resolução de litígios. Nesta altura, em que várias decisões da vida das pessoas são tomadas por «estranhos» – entidades jurídicas, políticas, sociais e financeiras – num sistema “pseudo-democrático”, a Mediação surge como uma possibilidade de ser cada um de nós a decidirmos a nossa própria vida e o destino que lhe queremos dar, com liberdade e responsabilidade, reveladoras de uma participação mais dinâmica na e da sociedade (Saldanha, 2007/2008: 94).

## BIBLIOGRAFIA

ABOIM, Sofia; WALL, Karin (2002), “Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos”, *Análise Social*, vol. XXXVII (163), 475-506. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218732849L9wOF3hb9Nc24JA5.pdf> [2011, 10 Outubro]

ABBOTT, Andrew (1988), *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert labor*, Chicago: University of Chicago Press.

AMARO, Fausto (2006), *Introdução à Sociologia da Família*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

AMARO, Fausto (2009) “Políticas públicas de família - Algumas tendências”, in *O Sentido da Mudança: políticas Públicas em Portugal, 2005-2009*, Lisboa: Fundação Res Publica, pp.71-82.

ALMEIDA, Ana Nunes de [et al]; VIEGAS, José; COSTA, António Firmino (org.) (1998), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras: Celta Editora, 2ª ed.

ARAÚJO, Emília [et al] (2011), “Porque o tempo conta: Elementos para uma abordagem sociológica da mediação familiar”, *Análise Social*, vol. XLVI, pp. 283-308.

ÁVILA, Eliedite Mattos (2004), *Mediação Familiar. Formação de Base*, Florianópolis, Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/mediacaofamiliar/apostila.pdf> [2010, 26 Junho].

BRADFORD, Kay; VAUGHN, LaToya Burns; BARBER, Brian K. (2008, Junho), “When There Is Conflict: Interparental Conflict, Parent–Child Conflict,

and Youth Problem Behaviors”, *Journal of Family Issues*, 29, 780-805.  
Disponível em: <http://jfi.sagepub.com/cgi/reprint/29/6/780> [2010, 22 Março].

BURGUIÈRE, André [et al] (1999), *História da família*, vol. 4, Lisboa: Terramar.

DUBAR, Claude (1997), *A socialização : Construção das identidades sociais e profissionais*, Porto: Porto Editora.

DURKHEIM, Émile (1991), *A divisão do trabalho social*, Lisboa: Presença.

EMERSON, Mike (2009), *Bridging the Divide Between Lawyers and Mediators*,  
Brisbane: Brisbane Mediations. Disponível em:  
<http://www.emfl.com.au/reports/Bridging%20the%20Divide%20between%20Lawyers%20&%20Mediators.f.pdf> [2011, 19 Outubro].

EMERSON, Mike (2011), *Lawyers and Family Mediation - Bridging the Divide*,  
Brisbane: Brisbane Mediations. Disponível em:  
<http://www.emfl.com.au/reports/Paper%20-%20Emerson.pdf> [2011, 19 Outubro].

EMERY, Robert E. (1994), *Renegotiation family relationships: divorce, child custody, and mediation*, New York: The Guilford Press.

FARINHA, António (1997), *Mediação familiar e responsabilidades parentais*,  
Coimbra: Livraria Almedina.

FERREIRA, Gil (2004), *Comunicação e formação da identidade nas sociedades modernas: intersubjectividade, mediação e reconhecimento*, Lisboa: [s.n.].

FOUCAULT, Michel (1992), *La verdad y las formas juridicas*, Barcelona :  
Gedisa, 3ª ed.

FREUD, Sigmund (1972), *Introduction à la psychanalyse*, Paris: Payot.



GONÇALVES, Carlos Manuel (2007/ 2008), “Análise Sociológica das Profissões: Principais eixos de desenvolvimento”, *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, n.º 17/ 18, pp. 177-224.

HABERMAS, J. (1987), “Tendências de Juridicização” in *Sociologia: Problemas e Práticas*, 2, 185-204, trad. Pierre Guibentif.

HAYNES, John M. (1996), *Fundamentos da mediação familiar*, Porto Alegre: Artes Médicas.

KAPINUS, Carolyn A. (2004, Janeiro), “The Effect of Parents’ Attitudes toward Divorce on Offspring’s Attitudes: Gender and Parental Divorce as Mediating Factors”, *Journal of Family Issues*, 25, 112-135. Disponível em: <http://jfi.sagepub.com/cgi/reprint/25/1/112> [2010, 22 Março].

LACAN, Jacques (1987), *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LACAN, Jacques (1987a), *A família*, Lisboa: Assírio & Alvim.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1982), *As estruturas elementares do parentesco*, Petrópolis: Vozes.

MALINOWSKI, Bronislaw (1975), *Uma teoria científica da cultura*, Rio de Janeiro: Zahar.

MALINOWSKI, Bronislaw (1983), *A vida sexual dos selvagens*, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MARLOW, Lenard (2010), *Divorce Mediation*, Bloomington: Xlibris Corporation.

MITCHAM-SMITH, Michelle; HENRY, Wilma J. (2007, Outubro), “High-Conflict Divorce Solutions: Parenting Coordination as an Innovative Co-Parenting Intervention”, *The Family Journal*, 15, 368-373. Disponível em: <http://tfj.sagepub.com/cgi/reprint/15/4/368> [2010, 22 Março].

MOORE, Christopher W. (1998), *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*, Porto Alegre: ArtMed, 2ª ed.

MOSTEN, Forrest S. (2001), *Mediation career guide: a strategic approach to building a successful practice*, San Francisco: Jossey-Bass.

PARETO, Vilfredo (1968), *Traité de sociologie générale*, Genève: Droz.

PARSONS, Talcott (1974), *O sistema das sociedades modernas*, São Paulo: Pioneira Editora.

PARSONS, Talcott (1984), *El sistema social*, Madrid: Alianza.

PEREIRA-NETO, A. F. (1995), “A Profissão Médica em Questão (1922): Dimensão Histórica e Sociológica”, *Cad. Saúde Públ.*, 11 (4), 600-615. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v11n4/v11n4a07.pdf> [2010, 20 Março].

RAIFFA, Howard (1983, Novembro), “Mediation of Conflicts”, *American Behavioral Scientist*, 27, 195-210. Disponível em: <http://abs.sagepub.com/cgi/reprint/27/2/195> [2010, 22 Março].

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1997), *Sociologia das Profissões*, Oeiras: Celta.

SALDANHA, Maria (1992), *Que divórcio?*, Lisboa: Edições 70, 2ª ed.

SALDANHA, Maria (2007/2008), *Curso de Formação em Mediação Familiar*, Lisboa: Instituto Português de Mediação Familiar.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), "O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30, 13-44. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Estado\\_Direito\\_Transicao\\_Po s-Moderna\\_RCCS30.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Estado_Direito_Transicao_Po s-Moderna_RCCS30.PDF) [2010, 14 Julho].

SANTOS, Boaventura de Sousa (1991), "Subjectividade, Cidadania e Emancipação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Boaventura%20de%20Sousa%20Santos%20-%20Subjectividade,%20Cidadania%20e%20Emancipacao.pdf> [2010, 14 Julho].

SANTOS, Boaventura Sousa [et al] (1996), *Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português*, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa (org.) (2003), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), "A justiça em Portugal: diagnósticos e terapêuticas", *Manifesto*, 7, 76-87. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Justica\\_em\\_Portugal\\_Manifesto\\_2005.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Justica_em_Portugal_Manifesto_2005.pdf) [2010, 14 Julho].

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009), "Para uma pedagogia do conflito", in Freitas, Ana Lúcia e Moraes, Salete Campos (Orgs.), *Contra o desperdício da experiência. A pedagogia do conflito revisitada*, Porto Alegre: Redes Editora Lda., pp. 15-40.

SANTOS, Boaventura Sousa [et al] (2010), *O Novo Regime Jurídico do Divórcio em Avaliação*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra.

SEIJO, Juan Carlos (coord.) (2003), *Mediação de conflitos em instituições educativas: manual para formação de mediadores*, Porto: Asa.

SEMBER, Brette McWorther (2005), *No-Fight Divorce: Spend Less Money, Save Time, and Avoid Conflict Using Mediation*, New York: McGraw-Hill.

SIX, Jean-François (2003), *Les médiateurs*, Paris : Le Cavalier Bleu.

SOUSA, José Vasconcelos (2002), *Mediação*, Lisboa: Quimera.

SPENCER, Herbert (1963), *El hombre contra el estado*, Buenos Aires: Aguilar.

SPENCER, Herbert (1993), *Education intellectual, moral, and physical*, London: Routledge.

STONER, Katherine (2004), *Using Divorce Mediation: Save Your money & Your Sanity*, Berkeley: Nolo, 2ª ed.

STONER, Katherine (2009), *Divorce Without Court: A Guide to Mediation & Collaborative Divorce*, Berkeley: Nolo, 2ª ed.

TAYLOR, Alison (2010), *The handbook of family dispute resolution: mediation theory and practice*, San Francisco: Jossey-Bass.

TORREMORELL, Maria (2008), *Cultura de mediação e mudança social*, Porto: Porto Editora.

TORRES, Anália Cardoso (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma análise Sociológica*, Oeiras: Celta Editora.

### **Sites consultados**

EUROSTAT – European Commission, a partir de: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> [Setembro, 2010].

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios – Mediação Familiar, a partir de:

[http://www.gral.mj.pt/pesquisa?searchword=Mediação+Familiar&btn\\_pesqu.x=0  
&btn\\_pesqu.y=0](http://www.gral.mj.pt/pesquisa?searchword=Mediação+Familiar&btn_pesqu.x=0&btn_pesqu.y=0) [2010, Julho].

Instituto Nacional de Estatística, a partir de: <http://www.ine.pt> [2010, Julho].

Instituto Português de Mediação Familiar, a partir de: <http://www.ipmediacaofamiliar.org> [2010, Junho e Julho].

Jornal de Notícias, a partir de: <http://jn.sapo.pt> [2010, Março].

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, a partir de: <http://www.pordata.pt> [Setembro, 2010].

### **Legislação diversa**

Despacho nº 18778/2007, de 22 de Agosto

Lei nº 61/2008, de 31 de Outubro

# Anexos

### **Guião de entrevista - Magistrados**

- ◆ Mediação Familiar como alternativa à resolução do divórcio via Tribunal: percepção e posicionamento sobre esta «nova» modalidade.
  - ◇ Concorda com, o que hoje se diz muito, de a Mediação Familiar ser uma alternativa à resolução do divórcio via Tribunal?
  - ◇ Como define o conceito de Mediação Familiar?
- ◆ O Mediador Familiar e a controvérsia entre os que se candidatam a exercer esta nova «profissão».
  - ◇ Qual o profissional ideal para o exercício da Mediação Familiar? O advogado? O psicólogo? O sociólogo? Qual o mais adequado?
    - Formação de base/conhecimentos académicos do mediador familiar;
    - Perfil ideal, em termos de características pessoais;
    - Funções do mediador familiar.
- ◆ Tipo de instituições que deve, fornecer este serviço.
  - ◇ Local?
- ◆ Qual a utilidade da Mediação Familiar?
  - ◇ Mais vantagens? Mais desvantagens?
  - ◇ Principais dificuldades da mediação, da sua aplicação?
  - ◇ Metodologias de intervenção.
- ◆ Expectativas relativamente à Mediação Familiar em Portugal.
  - ◇ A nível público? Ou a nível privado?
  - ◇ Aceitabilidade dos diferentes representantes jurídicos e do próprio sistema de Justiça, grau de abertura dos cidadãos portugueses
- ◆ Morosidade na resolução de alguns processos civis, nomeadamente processos de divórcio.
  - ◇ 14 meses, segundo dados do Pordata (Base de Dados Portugal Contemporâneo).

### **Guião de entrevista – Mediadores familiares**

- ◆ Formação académica de base dos (potenciais) mediadores familiares.
  - ◇ Qual a formação académica de base mais adequada para o mediador familiar?
  - ◇ Que características pessoais são fundamentais para exercer a MF?
- ◆ Dificuldades com que se deparam no exercício da sua actividade.
  - ◇ Quais os maiores obstáculos que se transpõem ao exercício da MF?
- ◆ Vantagens e desvantagens do SMF.
  - ◇ Quais as principais vantagens no recurso ao SMF?
  - ◇ E desvantagens?
- ◆ Mediados/Utentes do SMF.
  - ◇ Que tipo de pessoas procura o SMF?
    - Perfil sócio-demográfico e sócio-económico.
  - ◇ Quais os problemas/conflitos mais frequentes com que chegam às sessões, para apresentar ao mediador?
  - ◇ Como tomaram conhecimento da existência deste serviço para a resolução do litígio conjugal?
    - Advogado, *media*, amigos/conhecidos, outros...